

Comissão de Inquérito Parlamentar à Gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, ao Processo que Conduziu à Aplicação da Medida de Resolução e às suas Consequências, nomeadamente quanto aos Desenvolvimentos e Opções relativos ao GES, ao BES e ao Novo Banco

30.^a Reunião
(15 de janeiro de 2015)

SUMÁRIO

O Presidente (Fernando Negrão) deu início à reunião às 16 horas e 17 minutos.

O Sr. Luís Horta e Costa (ex-Administrador Executivo da Escom) respondeu aos Deputados Cecília Meireles (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP), Paulo Rios de Oliveira (PSD), Mariana Mortágua (BE) e José Magalhães e Filipe Neto Brandão (PS).

O Presidente encerrou a reunião eram 19 horas e 52 minutos.

O Sr. **Presidente** (Fernando Negrão): — Srs. Deputados, vamos dar início à nossa reunião.

Eram 16 horas e 17 minutos.

Peço que se diminua o ruído de fundo para começarmos a audição do Sr. Dr. Luís Horta e Costa, ex-Administrador Executivo da Escom, que cumprimento.

O depoente não fará intervenção inicial e está, desde já, à disposição das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados para responder a todas as perguntas que entenderem por bem formular.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Administrador da Escom e por colocar algumas perguntas.

Quando é que a Escom iniciou a sua atividade? Qual era essa atividade? Quem eram os seus acionistas? Quem eram os seus donos? Qual é o ponto de situação atual? Ou seja, quais são os atuais donos da Escom? Qual é a sua atividade? O que é que faz a empresa?

O Sr. **Luís Horta e Costa** (ex-Administrador Executivo da Escom): — Sr. Presidente e Sr.^a Deputada, começo por fazer uma pequena correção: eu não sou Doutor.

A Escom iniciou a sua atividade, salvo erro, em 1993. Já vinha de uma atividade anterior, que não tinha uma sociedade dentro do Grupo Espírito Santo. Estamos a falar de uma fase que coincidiu, mais ou menos, com a

reprivatização do Banco, da companhia de seguros e desses ativos que o Grupo Espírito Santo tinha nessa altura.

A Escom iniciou a atividade em 1993 e o seu objetivo inicial era África, nomeadamente Angola. Começámos por ser uma empresa que dava apoio às exportações de produtos portugueses e isso já vinha de uma operação anterior chamada «Falcon Ex», que era apoiada pelo Governo espanhol.

A empresa fazia exportação basicamente desviando, no bom sentido, fundos do Governo espanhol para apoiar produtos portugueses, sendo que nessa altura havia muito poucos produtos portugueses. Lembro-me de termos exportado, por exemplo, *jeeps* UMM, que tinham componentes portugueses, óleo de soja, etc. Começámos por ser, basicamente, uma empresa comercial e eu não gosto de lhe chamar de *trading*, porque o *trading* não é bem isso, e é por isso que nós lhe chamávamos Espírito Santo Comercial.

Mais tarde, a certa altura, a empresa derivou um pouco para a área de investimentos. Faço lembrar que, quando chegámos a África, nessa época, não havia ninguém e, portanto, demos apoio a várias empresas portuguesas que nessa altura se quiseram estabelecer em África.

Depois, a empresa, pensando que poderia solidificar a sua presença em Angola, enveredou por diversificar alguns investimentos, uns deram certo, outros não deram tão certo, mas isso já foi em 2003, 2004, mas até lá a empresa era considerada uma das grandes investidoras em África, que criou, e ainda hoje tem a seu cargo, mais de 1200 postos de trabalho.

Neste momento, os acionistas são os mesmos, tanto quanto a gente saiba, que, desde o início, eram o Grupo Espírito Santo, através da Espírito Santo Resources. Talvez tenha havido mudanças de controlo dentro do Grupo Espírito Santo, de que não temos conhecimento, mas, para mim, dois

terços da Escom sempre pertenceram ao Grupo Espírito Santo, e atualmente estou convicto, até porque temos as ações em nosso poder, de que o acionista é a Espírito Santo Resources.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Durante algum tempo estive convencido de que os acionistas, os donos das empresas, eram a Sonangol ou um veículo chamado Newbrook, que — e peço-lhe que confirme — será detido pelo Dr. Álvaro Sobrinho?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Convencido é um bocado complicado.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Também acho, mas, em todo o caso, pergunto.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sr.^a Deputada, gostava imenso de ter ficado convencido, porque era sinal de que a operação se tinha concretizado, que tinha havido um contrato.

Digo-o sempre, porque é importante esclarecer que todas as negociações de venda numa empresa não são feitas pelo *management*, não são feitas pela administração, são feitas pelos acionistas. Portanto, aquilo que os acionistas decidem fazer e com quem, muitas vezes, e é o caso, a administração desconhece.

Se a Newbrook pertencia ao Dr. Álvaro Sobrinho ou não, não faço a menor ideia. Que foi, segundo sabemos, um contrato assinado em 28 de dezembro de 2010 com uma empresa que, para mim, representava a Sonangol é a informação que temos. Portanto, víamos como boa a notícia de que a Sonangol entrasse no capital da Escom.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas é normal que alguém quando compra uma empresa queira interferir na sua vida, queira tomar decisões.

Pergunto se alguma vez lhe apareceu alguém que lhe tenha dito: «Sou o novo dono desta empresa e a partir de agora a administração vai receber instruções minhas».

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Isso é praticamente como o D. Sebastião: nunca apareceu ninguém.

Tínhamos uma situação muito complicada e permita-me dizer que não gostaria de fazer juízos de valor. Mas tínhamos uma situação complicada, porque achávamos que a empresa teria sido vendida. Tivemos algumas dificuldades depois do contrato assinado a 28 de dezembro de 2010, onde recebemos — nós, administração — a orientação de entrarmos em gestão corrente, ou seja, não podíamos comprar, vender, fazer ou acontecer, não podíamos fazer nada.

Então, desde essa época, 28 de dezembro de 2010, até ao dia em que acordámos com o nosso acionista maioritário desaparecido em combate, ou seja, implodido, estivemos na esperança de que alguma coisa acontecesse, fosse com a Sonangol, com a Newbrook, fosse a medias com a Sonangol e com a Newbrook, fosse com quem fosse.

Tínhamos, e temos, correspondência vasta trocada com o nosso acionista, que sempre foi a Espírito Santo Resources, no sentido de dizer que precisávamos de cartas-compromisso vossas para podermos fechar contas auditadas na Holanda, em 2011, 2012 e 2013, mas nunca obtivemos resposta a essas cartas, porque, *off the record*, recebíamos a informação de que aquilo já não era deles.

Devo também informar, já agora, que tive várias conversas com membros da administração do Grupo Espírito Santo em que lhes perguntei — eu, que era representante do Grupo Espírito Santo na Escom — quem é que eu representava, se o Grupo Espírito Santo já tinha vendido a Escom e não tinha aparecido ninguém a declarar-se proprietário.

Este foi um processo meio complicado, ao qual a administração da Escom esteve ansiosa e alheia e que prejudicou grandemente a valorização e a *performance* da empresa.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Ainda sobre a questão de quem era a empresa, faz alguma ideia por que é que, em 25 de outubro de 2013, o Dr. Ricardo Salgado, numa carta, disse que estava convencido de que a venda estaria concluída até ao fim do ano, quando, nessa altura, já tinha assinado uma revogação do contrato de compra e venda, que foi assinado com esta Newbrook?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Objetivamente, não faço, porque só tive essa notícia mais tarde.

Mas posso dizer-lhe que tive notícias de que, objetivamente, o Dr. Ricardo Salgado estava convencido de que tinha vendido a Escom.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas recebeu dinheiro por ela? Quanto? Para além do sinal ou de uma parte do sinal, chegou a receber mais alguma coisa?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sr.^a Deputada Cecília, esse é um problema de acionistas. Quando os acionistas vendem a empresa, realmente, não ando a contar-lhes o dinheiro que têm na carteira.

Nunca nos passou pela mão, nunca tivemos conhecimento disso. Aliás, tínhamos conhecimento, por aquilo que vinha da empresa e pelas condições que o contrato previa, que havia um pagamento de 15% de sinal, mas também devo dizer aos Srs. Deputados uma coisa que eu acho importante e que aqui, anteriormente, não ficou muito bem explícita: a administração da Escom, esses «tipos» da administração da Escom nunca tiveram uma palavra a dizer na avaliação da Escom, porque a Rioforte encomendou a avaliação da Escom ao BES Investimento. Portanto, nós nunca tivemos uma palavra a dizer sobre a avaliação da Escom, nunca fomos chamados a pronunciar-nos sobre se estávamos, ou não, de acordo com aquela avaliação, se ela era ou não defensável. Das poucas vezes que tivemos oportunidade de chamar a atenção da administração do Grupo Espírito Santo foi para dizer que, se o modelo inicial de venda da Escom, segundo ouvimos falar, previa que a administração se mantivesse nos três anos seguintes após a venda, eu, como administrador da Escom, tinha as maiores dificuldades em aparecer perante o novo comprador a defender aqueles números da avaliação para os quais eu não tinha contribuído. E, portanto, eu aconselhava vivamente a que esses números fossem revistos, porque achava difícil chegarmos àqueles valores.

Mais: assustou-me mais ainda — e com isto quero dizer, mais uma vez, que não estamos a sacudir a água do capote, já vi isso aqui e já chega! — porque tínhamos consciência do valor da Escom, tínhamos consciência do potencial da Escom e achávamos que aquela não era a altura ideal, dadas as dificuldades que o Grupo Espírito Santo atravessava, pelos visto até para ir ao aumento de capital do BES, em 2011. Nós achávamos que pôr prémios de controlo em cima de uma avaliação que já era difícil de sustentar era, nitidamente, esticar a corda.

Portanto, não estávamos muito confiantes. Digo-lhe, pessoalmente, que, se aquela avaliação fosse para a frente, se o negócio fosse concretizado, no dia seguinte, vinha-me embora, porque não tinha como o defender. Não tem nada de sarcástico, mas eu achava uma coisa um bocadinho salgada.

Risos.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Percebo o que me está a dizer, mas quem é que fez essa avaliação? Quem é que chegou a esse montante?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — O BES Investimento.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O BESI, portanto!

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Tanto quanto sei, a pedido da Rioforte, que, a certa altura, se apresentou como acionista. Aquilo terá passado da Resources para a Rioforte e depois da Rioforte outra vez para a Resources, internamente, porque, em termos de escrituras públicas e de transmissão de ações, isso nunca foi feito.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sim, a propriedade desta empresa paira no ar e sei que muitas das coisas que lhe pergunto, de facto, são da esfera dos acionistas, mas também não é muito comum uma empresa andar tanto tempo sem se saber bem, no fundo, de quem é, daí termos de perguntar a quem possa saber.

Vou perguntar uma coisa que é nitidamente da gestão da Escom: consegue dizer-me exatamente qual era o valor do passivo da dívida da Escom? Seja da dívida da Escom propriamente dita, seja de dívida que terá

passado, em determinado momento, para uma empresa chamada Legacy? Já agora, pergunto se é verdade que a Legacy nasce da parte, entre aspas, má da Escom. Foi daquilo que não se queria manter na Escom que se criou uma empresa chamada Legacy?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Fez duas perguntas.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Fiz! Fiz duas e complexas...

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não são nada.

Em 2007, e convém voltar um bocadinho atrás para, depois, não ficar a pairar a coisa que anda muito à volta do assunto BES e do assunto GES...

Convinha que percebêssemos que a gestão da Escom é responsável numa coisa: talvez — e peço desculpa pelo termo que vou usar — tenhamos dado passos maiores do que as pernas e talvez tenhamos sido demasiado ambiciosos nos investimentos que fizemos em África. E isto passa-se mais ou menos em 2004/2005 quando entrámos no sector do *mining*, *mining* esse no qual não tínhamos tradição, de que não sabíamos muito, mas achámos que a Escom, para se consolidar em África, tinha de fazer investimento e não só andar a vender... Na altura, as empresas que só vendiam coisas para África denominavam-se «fubeiros», e nós não gostávamos de ser fubeiros e, portanto, tentámos entrar numa fase séria de investimento.

Escolhemos sectores para os quais achámos que tínhamos alguma dimensão, uma vez que o petróleo estava fora de cogitação. Entrámos na área do *mining*, na área de mineração de diamantes e achámos que aquilo deveria ser uma coisa fantástica.

A legislação africana, em termos de diamantes, é muito rígida, portanto, a maioria do capital tem de ser do Estado angolano, o

financiamento é de capital intensivo e nós entrámos numa fase um bocadinho complicada para arranjar investidores que nos pudessem auxiliar nesta caminhada de investimentos e que nos pudessem, sobretudo, auxiliar financeiramente na manutenção do nosso *pipeline*.

O que é que aconteceu? Para que isto fosse possível, a Escom tinha empresas que tinham passivo e que não tinham futuro, ou seja, cujos negócios, erradamente, não tinham dado certo, e tinha negócios muito promissores e, portanto, resolvemos pegar na Escom Investments Group — era assim que ela se chamava —, ela constituiu a Escom BV na Holanda e a Escom Investments Group ficou com aquilo que hoje em dia se chama «ativos tóxicos», mas, para mim, não eram ativos tóxicos, porque alguns desses ativos ainda eram recuperáveis.

A ideia da administração era pegar na Escom BV Holanda, com uma estrutura direita e credível, e, com autorização dos acionistas, ir ao mercado, onde fizemos o primeiro *roadshow*, em 2007/2008, arranjar ou a venda total do capital ou parte da venda do capital que permitisse financiar as atividades que achava que tinham futuro e, basicamente, com o resultado do desenvolvimento da Escom BV, da Escom nova, amortizar o passivo da Escom Investments Group, que era a Escom antiga, que, mais tarde, em 2010, penso eu, alguém denominou Legacy, porque ela era para ser vendida e era para não ser confundida com o nome Escom.

Portanto, a ideia do *management* era muito boa. Tivemos um bocadinho de azar no primeiro raide que fizemos, porque levámos com a crise do Lehman em cima.

Quando tivemos para chegar a vias de facto em termos de negociação, os investidores potenciais sérios, que conheciam muito bem África e que estavam muito interessados em investir em África, propuseram, com base na crise, um desconto que tornava a operação inviável e nós voltámos para a

casa e dissemos aos acionistas: «Nós vão vamos conseguir, com o resultado desta operação, atingir os objetivos que queremos». E foi, nessa altura, que a Escom BV passa para a Rioforte e a Rioforte faz exatamente a mesma coisa que nós fizemos, ou seja, pega na Escom, como uma parte do seu portfólio, pega nos outros ativos que tinha, onde Portugal tinha um peso muito grande, mas que, nessa altura, não era muito valorizado, e acontece-lhe exatamente a mesma coisa: ao fim de seis meses de *roadshow* voltou para casa com uns resultados que eram exatamente iguais àqueles que já tínhamos, ou não tínhamos obtido, anteriormente.

O que acontece depois do *roadshow* da Rioforte que não deu certo? Aparece uma possibilidade de a Sonangol se interessar pela aquisição da Escom, as coisas são negociadas ao mais alto nível — e isso ultrapassa-me — e a Rioforte passa outra vez a Escom para a Resources e foi nessa altura que foi celebrado o contrato de venda da Resources, da participação da Resources na Escom e mais uma participação do acionista minoritário, à Sonangol através de um veículo que, viemos a saber, se chamava Newbrook.

Portanto, esta é, basicamente, a história da novela.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Ao mesmo tempo que é feito esse tal contrato da Escom, da venda ou da promessa de venda à Newbrook (na prática foi à Newbrook, embora vários testemunhos tenham dito que se considerava que era a Sonangol que estava por detrás), no mesmo dia, é celebrado um contrato de compra e venda ou de promessa de compra e venda do mesmo teor com a ES Resources que vende ou promete vender a Legacy a uma sociedade chamada Vaningo.

Esta sociedade é do Dr. Álvaro Sobrinho?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Nunca vi esse contrato, graças a Deus! A única coisa que eu fiz foi cumprir uma coisa que era importantíssima, que era pedir renúncia de todos os cargos que eu tinha na sociedade Investments Group, que, depois, mais tarde, se veio a chamar Legacy.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Só para eu perceber: afinal qual era o montante do passivo e o que é que estava em cada uma destas duas sociedades?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Penso que na Legacy deveria estar aquilo que estava na Investments Group já anteriormente, talvez agravado com alguns juros de 300 milhões de dólares, e na Escom BV deveriam ser outros 300 milhões de dólares.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Em cada uma das sociedades, portanto, 600 milhões de dólares de passivo no total?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — No total, nessa época.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sendo que esta sociedade, a Legacy, tanto quanto sabemos, tinha um ativo de 2 milhões de euros, o que, para um passivo de 300 milhões, é assim uma coisa um pouco estranha.

Pergunto: a este passivo correspondiam créditos de quem?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sr.^a Deputada, nunca tratei da área administrativa e financeira da Escom. Não quer dizer que eu não seja responsável, portanto, também não estou a sacudir a água do capote. Mas eu nunca tratei da área administrativa e financeira da Escom, pelo que perguntas

muito técnicas... Agora, do que recordo... Aliás, nem sei a que é que a Sr.^a Deputada se está a referir em relação aos 2 milhões de ativos. Não faço a menor ideia.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Estão aqui dívidas de 600 milhões de dólares. A quem estavam a dever estes 600 milhões de dólares? Não é uma coisa muito técnica, quero saber quem é o credor?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Os credores normalmente eram o Banco Espírito Santo e o Banco Espírito Santo Angola.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Era o que eu calculava. Talvez uma filial na Madeira, no caso da Legacy. Consegue confirmar-se isso?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não! Mas, se quiser, vou à procura e tento confirmar.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Era importante só para termos essa informação confirmada. Já aqui foi dada, mas se pudesse ser confirmada, seria bom.

Consegue dizer-me como é que acumularam um passivo desta dimensão? Teve a ver com esta atividade mineira? Foram investimentos mineiros, ou houve outros investimentos que não geraram retorno?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Devo dizer que a responsabilidade de grande parte do passivo da Escom foi a atividade mineira.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E da atividade da Escom, quantas vezes e em que anos é que foram distribuídos dividendos aos acionistas?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — No início da atividade da Escom foram várias vezes distribuídos dividendos no sentido em que eram entregues à Espírito Santo Resources os dividendos da atividade da Escom.

Portanto, nós pagávamos uma data de *fees*, de manutenção, de contabilidade, de advogados... Nós pagávamos muitas despesas que pertenciam à Espírito Santo Resources e distribuimos alguns a título de dividendos, mas não consigo precisar o valor dos dividendos que distribuimos desde 1994.

Posso dizer-lhe que os acionistas nunca tiveram de meter capital na Escom, porque o resultado da operação comercial com Angola foi suficiente para integralizar o capital da Escom no início. Portanto, os acionistas nunca meteram dinheiro na Escom; quer dizer, nunca meteram capital na Escom.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Essa distinção é importante. Era isso que eu ia dizer: os acionistas nunca meteram capital, mas, se calhar, terão facilitado o crédito, porque esta empresa tinha, de facto, um endividamento muito substancial.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Era preferível capital!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já voltamos a esta questão da distribuição de dividendos, que é importante, mas há só mais uma coisa que eu queria perceber e que é bastante importante para o objeto desta Comissão: a exposição direta, ou seja, o dinheiro que a Escom devia ao BES, no fim de

2013, era de 213 milhões de euros. A 30 de junho de 2014 o endividamento era já de 297 milhões de euros. Pergunto: o que justifica, nestes seis meses, um aumento tão grande do endividamento, sendo que são mais de 80 milhões de euros?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Também posso fazer chegar-lhe essa informação, mas, provavelmente, tem a ver com juros, com o serviço da dívida. Estamos a falar do BES ou do BESA?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Estamos a falar do BES.

Esta questão é muito importante para nós, porque uma das coisas que temos de apurar é se o BES, ao contrário de ordens expressas que recebeu do Banco de Portugal, aumentou a sua exposição ou o crédito que estava a conceder ao Grupo Espírito Santo. E, de facto, nas contas, na rubrica sobre os resultados do 1.º semestre de 2014 do BES, aparece a Escom com: a 31 de dezembro de 2013, 213 milhões de euros de dívida; a 31 de março de 2014, 237 milhões; a 30 de junho de 2014, 297 milhões. Estamos a falar de mais de 80 milhões de euros, o que, mesmo para juros de 213 milhões, em seis meses, significaria que estaríamos a falar de uma taxa de juro muitíssimo substancial.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sei que nessa época, entre 2013 e 2014, o BES financiou a atividade da Escom, em termos de pagamentos de salários, impostos e serviço da dívida, mas não sei quais foram as quantias.

Como lhe digo, mais uma vez, sem querer esquivar-me à sua pergunta, não era a minha área administrativa e financeira, mas também posso dizer que é fácil fazer chegar à sua mão a justificação exata do aumento desse

endividamento num curto espaço de tempo, de setembro de 2013 a julho de 2014.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Agradecia que o fizesse, porque, percebendo que não é a sua área, um endividamento deste montante e a esta velocidade é o suficiente para pôr uma empresa numa situação muito complicada, parece-me.

Passo a uma outra pergunta em relação ao endividamento. A Escom tinha dívida colocada junto de clientes do BES. Consegue explicar-me como é que esta dívida era titulada? Como é que ela se processava e quem, quer dentro da Escom quer dentro do Banco, tratava desta colocação de dívida junto de clientes?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Penso que houve uma emissão de obrigações da Escom Mining, em 2004, que foi colocada, em termos de obrigações e de ações preferenciais, não sei aonde.

Sr.^a Deputada, as coisas funcionam um bocadinho assim: quando nós emitimos dívida não sabemos muito bem quem são os agentes dentro do BES que pegam nas obrigações ou nos títulos de emissão de dívida e aonde colocam. Não sabemos quem são os agentes, nem o que eles descrevem como sendo o produto que estão a colocar no mercado. A única coisa que eu sei é que nós emitimos dívida, o Banco toma firme e, depois, o que ele faz em termos de colocação no mercado desconhecemos.

Vimos a conhecer, agora recentemente, que tínhamos um valor significativo de emissão de obrigações de 2004, ou seja, chamo a atenção da Sr.^a Deputada para o facto de, em 2004, a Escom Mining ser uma empresa fantástica, e, portanto, quando colocámos essas obrigações, houve vários tomadores com muito interesse nessas ações.

Pergunta-me como é que elas foram colocadas. Vou dar-lhe um exemplo: se agora eu quiser negociar com os credores, com todos os chamados *bondholders* das obrigações — é um nome chique que se usa por aí —, eu não consigo saber quem são.

Portanto, se eu quiser dizer a cada um deles: «Olhe, você tem aqui *x* obrigações da Escom Mining emitidas em 2004. Como é que eu posso negociar consigo um *haircut*, ou qualquer coisa?». Eu não sei quem são. Os títulos são distribuídos ao balcão, neste caso, penso que do Espírito Santo et de la Vénétie, e, portanto, nós desconhecemos qual é o circuito de distribuição dos títulos de dívida do Grupo Espírito Santo. Não fazemos a menor ideia de como é que aquilo é colocado, e, muito menos, em 2004.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Percebo isso tudo, mas há aqui várias questões.

No fundo, os titulares, os emitentes da dívida, dizem: «Nós só sabemos da emissão da dívida. Depois, lá o que acontece com ela no Banco Espírito Santo, não fazemos ideia». Mas depois ouvimos responsáveis do Banco Espírito Santo dizerem: «Não, não, não! Isto é responsabilidade do emitente. O que se passa no emitente e a informação que vem com a dívida nós não sabemos, a nossa função é só a de a colocar.»

Portanto, as únicas pessoas que parecem saber de alguma coisa são as que têm a dívida na mão e que, se calhar, prefeririam não a ter; se calhar, neste momento; prefeririam bastante mais ter o dinheiro.

Então, ficamos sem perceber como é que esta relação comercial se processa, porque custa-me a acreditar que, se eu tiver uma empresa e emitir papel comercial e se for com ele ao Banco Espírito Santo, o Banco o comercialize sem me fazer qualquer pergunta — aliás, suponho que me fará algumas perguntas.

Portanto, há uma coisa que tem de resultar desta audição: quem é que no Banco Espírito Santo tratava disto na relação com a Escom? Ou seja, a Escom emitiu o papel comercial, a dívida, e foi falar com quem dentro do Banco Espírito Santo? Falava ao mais alto nível? Falava com algum diretor de departamento? Falava com algum gestor de conta? Falava com quem?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Penso que era com o conselho de administração.

Mas repare uma coisa: em 2004, quando emitimos dívida da Escom Mining, se não me engano, tínhamos toda a informação que o Banco nos exigia em relação ao que era a Escom Mining, o projeto da Escom Mining, as perspetivas de desenvolvimento da Escom Mining... E, portanto, nessa altura, fornecíamos toda a informação que tínhamos ao Banco.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O problema é que, nestes primeiros seis meses de 2014, apareceu mais 1 milhão de euros de dívida da Escom nas mãos dos clientes do BES. E isto não se passou só em 2004; isto passou-se também no 1.º semestre de 2014.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Quanto a isso, a única coisa que posso dizer para tentar justificar, e não quero que «justificar» soe a desculpa, é que, a certa altura, o BES deixou de pagar os juros referentes a essa obrigação. Portanto, deixou de cumprir com os clientes em relação aos juros dessas obrigações.

Portanto, admito que isso tenha sobrecarregado a conta dos clientes do BES, porque, até 2013, que eu saiba, nunca se deixou de pagar juros em relação às obrigações emitidas pela Escom Mining.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Bem, talvez voltemos a isto numa segunda ronda, mas agora, neste tempo, não quero terminar sem lhe fazer perguntas que têm a ver não só com este assunto mas também com equipamentos militares, tema sobre o qual, aliás, já aqui respondeu numa outra comissão de inquérito.

Primeira pergunta, e já vamos aos dividendos, que é o cerne da questão e sobre os quais tem sido, aliás, bastante perguntado: no que toca a equipamentos militares, quantos contratos é que a Escom assessorou em Portugal e quantos deles ganharam, algum dia, concursos públicos?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Quantos contratos é que assessorou...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Quando digo contratos, quero dizer empresas que concorreram a concursos públicos ou à contratação de equipamentos militares.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Há uma conversa muito interessante — não sei se é a isso que a Sr.^a Deputada se refere —, uma galhofa entre os rapazes lá do conselho superior...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já lá iria chegar, mas, se quiser começar por aí, fica já tudo esclarecido.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Diz-se que eles queriam vender metralhadoras e não sei o quê... eu acho isso engraçado, mas, enfim, a única coisa que assessorámos, penso eu, foram os EH-101 e os submarinos; aliás, nós assessorámos os fornecedores desse equipamento.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Em que altura começou e terminou cada uma destas assessorias a estes contratos?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Isto passou-se no Governo do Eng.^o António Guterres. Penso que começou no tempo do Ministro António Vitorino, que ainda apanhou o Ministro Rui Pena, o Ministro Castro Caldas, aliás, apanhou vários ministros até ao Ministro Paulo Portas.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E em ambos os casos as empresas assessoradas pela Escom ganharam os concursos. É assim? Confirma isto?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Em ambos os casos, ganharam o concurso e, depois, em muitos outros, a que pensámos concorrer, perdemos, como foi o caso dos blindados e dos... Acho que eram só os blindados.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Esse concurso, que é posterior a estes, perderam. É isso que me está a dizer?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sim.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Indo, agora, àquilo que penso que possa ser uma distribuição de dividendos, pergunto-lhe, muito concretamente, para ver se, de uma vez para sempre, todas as dúvidas sobre este assunto ficam dissipadas: quanto é que foi pago à Escom, no âmbito da assessoria prestada num contrato de aquisição de submarinos, tanto quanto sei, pela Ferrostaal, e para onde foi esse dinheiro?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Isso já veio sobejamente noticiado em...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas olhe que eu ouço, muitas vezes, muitas pessoas exprimirem dúvidas. Portanto, se nos puder explicar exatamente quanto foi e para onde foi, penso que seria útil, porque essa dúvida tem sido suscitada várias vezes. Aliás, já no âmbito desta Comissão, vários Srs. Deputados suscitaram essa dúvida, pelo que, se pudesse, seria importante que esclarecesse.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sr.^a Deputada, o contrato da Ferrostaal com a Escom teve várias evoluções, ou seja, vários cortes, e chegámos a um valor próximo, se não me engano, dos 27 milhões, dos quais: uma parte substancial, que está mais ou menos contabilizada e foi vista pelo Ministério Público, foi gasta com a operação em si; uma outra parte substancial — e parece que isto é público — foi gasta com distribuição de dividendos ou antecipação de bónus, como a Sr.^a Deputada quiser, ao conselho superior; e a parte restante foi distribuída equitativamente pelos administradores da Escom e por um consultor da Escom que propôs o negócio, que o próprio Dr. Ricardo, numa gravação, em 2013, admitiu.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Tenho ouvido várias vezes o seguinte: há uma teoria que diz que a Escom recebeu 30 milhões e que só se sabe o destino de 27 milhões, haverá 3 milhões que foram para um famoso sexto homem que ninguém sabe quem é. Pode dizer-nos se isto aconteceu ou não? Se tiver acontecido, quem é o tal sexto homem?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não sei, mas acho que a gente deveria contar melhor, porque somos três administradores — que são «os tipos» —,

depois temos um quarto, que não é administrador, mas que é arguido, não é? Portanto, quando o Dr. Ricardo Salgado, num desabafo à família, em 2013, resolve explicar uma coisa que recebeu em 2005, presumo que ele deve estar esquecido.

O compromisso que havia era o de que a administração da Escom e o consultor, que, por coincidência, e com muito gosto, é meu irmão e chama-se Miguel Horta e Costa, receberiam sensivelmente partes iguais.

Portanto, o tal homem que falta na cabeça do Dr. Ricardo Salgado não sei quem era, na minha cabeça e nas minhas contas sempre foi o Miguel Horta e Costa. Portanto, o sexto homem... Já não consigo contá-los.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não sei, acho que o Sr. Deputado José Magalhães, nem que descubramos aqui 20 homens, vai querer saber quem é o 21.º.

Risos.

Tenho esta suspeita, mas já terá oportunidade de saber, porque o Sr. Deputado José Magalhães vai fazer-lhe mais perguntas sobre isto.

Quero só perceber uma coisa: por que é que há tantas sociedades e *offshore* e por que é que este dinheiro deu tantas voltas?

O que quero saber com esta pergunta, e vou ser mais explícita para se perceber, é o seguinte: isto é para esconder o destino do dinheiro ou é para fazer fuga ao fisco, para dizer as coisas como elas são, porque é isso mesmo?! Para me responder com mais facilidade, planeamento fiscal.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Isso é uma coisa linda.

Sr.^a Deputada, acho que é uma coisa extraordinária, e, peço desculpa, não me levem a mal, tenho muito pouca experiência nestas lides políticas, mas quero salientar uma coisa: quando esta Assembleia resolve elaborar uma legislação que permite a toda a gente que se esqueceu, por otimização fiscal, ou por Alzheimer, ou por esquecimento, trazer dinheiro para Portugal com uma espécie de amnistia fiscal, deve ter uma intenção: ou acha que todos têm Alzheimer, ou acha que há pessoas que quiseram, deliberadamente, esconder os seus rendimentos lá fora. E esta Assembleia, que muito respeito, não fez isto uma vez, fez uma, duas, três vezes! Portanto, nós não podemos ser «presos por ter cão e presos por não ter».

É óbvio que, quando a Escom monta este *puzzle* financeiro, tinha como objetivo uma otimização fiscal, como a Sr.^a Deputada me deu a oportunidade de lhe chamar, e a partir do momento em que existiu uma oportunidade de internar esse dinheiro, através de um regime fiscal mais benéfico, a Escom aproveitou.

Agora, não podem é dizer: «Ah, os malandros! Agora, aproveitaram e estão a trazer o dinheiro para Portugal!». Sim, mas se há uma legislação, uma lei que foi elaborada aqui, na Assembleia da República, nós aproveitámos, nós e muitos mais!

O Sr. **Presidente**: — Terminou, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sim, Sr. Presidente, para já é tudo.

O Sr. **Presidente**: — Então, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostava de cumprimentar o Dr. Luís Horta e Costa e agradecer também...

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sr. Deputado, desculpe, eu não sou doutor.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Muito bem.

Agradeço a sua presença e os contributos que possa dar.

Várias das perguntas já colocadas são importantes.

Pela minha parte, em primeiro lugar, pergunto: quais eram as relações de crédito que a Escom tinha com instituições financeiras, dentro e fora do Grupo BES?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — As relações de crédito, em Angola, eram praticamente inexistentes.

Ninguém entenderia como é que a gente conseguiria recorrer a um financiamento que não fosse ao BESA. Era difícil...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Era inexistente fora do âmbito do BESA...

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Do BES e do BESA. Em Portugal, sempre foi o BES. Salvo raras operações, de que não me recordo, e também não quero responder de forma menos exata ao Sr. Deputado, que, talvez, tenham sido feitas no Millennium, mas com garantias do BES, penso que o nosso grande credor era o Banco Espírito Santo e o Banco Espírito Santo Angola.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E tem noção de qual era o montante da dívida em cada um deles?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Agora? Depois do Fundo de Resolução? Ultimamente?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — A essa altura.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Em 2013/2014?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Tenho. No BES seriam 270 ou 280 milhões de euros e no BESA seriam cento e quarenta e poucos, se não me engano, de dólares.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — De dólares?!

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — No BESA.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — No BESA?! Julgo que o total da dívida, em junho de 2013, era de 144 milhões de euros.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — No BESA?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Nós, normalmente, contabilizávamos todas as dívidas do BESA em dólares. Pode ser que o Sr. Deputado tenha razão, mas tenho de verificar isso. Mas estou convencido de que era em dólares.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Para que eram contraídos estes créditos? Que projetos estavam previstos para concretizar estes créditos?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — O Sr. Deputado tem paciência para ouvir?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Claro!

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — O projeto de mineração, que toda a gente acha muito apelativo, porque se trata de diamantes, é um projeto no qual, se eu soubesse o que sei hoje, teria evitado entrar, por duas razões: primeiro, e isto não quer dizer que não seja um ótimo negócio, não é um negócio para nós porque não temos nenhum *know-how* nessa matéria; e, depois, e isto é um problema grave que, penso, pode ser resolvido em breve, o facto de o preço ser regulamentado. Ou seja, há todo um investimento que se faz ou que nós fizemos, mas na venda existe um preço de tabela, que é ditado pelo Governo, o que limita muito a rentabilidade dos projetos. E penso que foi isto que levou a um certo abandono, por parte de grandes investidores na área de mineração em Angola, de projetos de mineração, a não ser que as pessoas tenham outros meios para o fazer.

Portanto, torna-se um investimento muito pesado, torna-se um investimento de capital intensivo e se nós não temos capacidade de o levar até ao fim chegamos a meio do campeonato e «morremos na praia» por uma

razão muito simples: depois de fazermos todo o trabalho difícil — que é o trabalho de prospeção, todo o trabalho de confirmação de reservas, que é um trabalho muito técnico e muito caro, porque são precisos técnicos, equipamentos e sondas muito caras e aviões e satélites para fazerem trabalhos de prospeção caríssimos —, estamos no risco, estamos a investir sem sabermos qual é o resultado. Depois de as reservas passarem a ser comprovadas existe todo um trabalho de investimento na parte industrial, de maneira a conseguir-se retirar o produto desse investimento.

Ora, nós metemo-nos, talvez, numa área para a qual não tínhamos dimensão. Portanto, para mim, basicamente, o grande esforço de investimento feito pela Escom, com o apoio do Banco Espírito Santo, foi na área de mineração. Aliás, tenho aqui alguns números, nesta área, que lembro-me...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas chegaram a aplicar esses créditos nesses desenvolvimentos? Chegaram a «morrer na praia», ou nem sequer iniciaram a viagem?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Nós ainda estamos vivos! Para espanto do Sr. Deputado, ainda estamos vivos! Ainda continuamos a mexer-nos e a pagar salários em Angola e a ter 1200 trabalhadores que continuam a receber os seus salários, não sei é até quando.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E também ainda devem 200 milhões ao BES e ao BESA.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Exatamente! E também me devem, porque não recebo salário desde agosto. Devem a todos!

Mas é difícil, Sr. Deputado, acordar um dia com um acionista maioritário que desapareceu, que tinha a empresa vendida e que, afinal, não está. É um bocado complicado!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Já agora, voltando ainda às questões dos créditos, explique-nos exatamente em que situação está agora a Escom.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Neste momento, a Escom está aqui. Tenho um colega que está em Angola e, neste momento, a Escom está a tentar sobreviver.

Temos 1200 trabalhadores, entre Angola e Congo. Continuamos com algum *cash-flow* que a operação no Congo liberta, que é uma parte de construção e infraestruturas. Continuamos em Angola com graves dificuldades em pagar salários de expatriados, mas vamos pagando os salários locais com alguns recursos que a empresa vai libertando. Estamos a conseguir agora resolver um problema grave na ATS, que é uma empresa tecnológica que faz as perfurações, que investe forte e feio e que temos de reestruturar, e, por isso, estamos vivamente à procura de um parceiro que ainda se interesse pelos negócios que pensamos terem futuro na Escom e que eu resumiria ao negócio de *mining*, porque já fizemos o mais difícil e falta colher os lucros. Estamos a falar de uma participação no Bloco 18. Estamos a falar de uma participação numa empresa de energia eólica interessante na África do Sul. E estamos a reativar, ou não, conforme o interesse do projeto, uma fábrica de cimentos em Benguela, juntamente com a Camargo Corrêa.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas encontraram os diamantes, já agora?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Há quem diga que sim!

Risos.

Sr. Deputado, sem querer ser sarcástico, o que é que acontece? Enquanto o senhor está na fase de prospeção encontra diamantes, mas não encontra diamantes suficientes para amortizar o projeto. Só quando entramos na área industrial... Aliás, antes, ainda há uma área preliminar, que é uma área em que o senhor consegue um equipamento que comece a fazer a seleção da qualidade dos diamantes, que é um equipamento relativamente acessível, mas quando chega à conclusão de que é altura de investir, porque está tudo certo, é preciso comprar uma fábrica, e comprar uma fábrica custa 350 milhões de dólares.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — A Escom pediu ao BESA, inicialmente, 308 milhões e, passado um ano, ficou-lhe a dever 144 milhões — e fica esta dúvida, se é em euros ou em dólares, mas eu, por acaso, tinha a informação de que essa dívida era em euros — e ficou a dever ao Banco Espírito Santo 270 milhões de euros.

Esses créditos foram pedidos para serem todos investidos nesse segmento, nesse negócio?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — E noutros. Não só nesse, mas noutros. Mas esse consumiu grande parte dos investimentos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E por que é que não conseguem pagar este remanescente dos 270 milhões que ficam no BES? E, já agora, qual era o empréstimo inicial no BES?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — O empréstimo inicial no BES tem vindo a ser renegociado, tem vindo a ser agravado com juros, quando nós não podemos amortizar nem o capital nem os juros, e, portanto... Como é que vamos pagar esses 270 milhões? Não faço a menor ideia! Estamos a tentar arranjar uma solução e um investidor que se interesse ainda por desenvolver o projeto da Escom, e talvez tenhamos que fazer uma renegociação para ver se conseguimos baixar um bocadinho o endividamento.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Que garantias foram pedidas à Escom para a concessão de créditos desta dimensão, quer no BES, quer no BESA?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — No BESA, penso que fomos das poucas empresas que apresentaram garantias reais. O BESA tinha as garantias do imobiliário praticamente todo, por isso o BESA tinha garantias reais.

Neste momento, dos 140 milhões de dólares, não sei o que está de fora, e temos todos os nossos escritórios hipotecados. Neste momento, temos todos os nossos ativos em Angola dados como garantia ao BESA.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E ainda nada foi executado.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não foi executado ainda nada. Estamos numa negociação com o BESA para ver se conseguimos arranjar um investidor que consiga renegociar a dívida com o BESA.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O BESA ainda tem os direitos dessas garantias?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Tem.

Há umas dúvidas — e eu não gostaria muito de entrar por aqui, porque não tenho a certeza — em relação à venda das torres que, muitas vezes, são confundidas com a Escom.

A Escom não é proprietária das torres Escom. A Escom vendeu as torres a três sociedades. Essas sociedades pagaram 90% do contrato de promessa de compra e venda, falta pagar 10%. Relativamente a esses 10% que faltam, presumo que tenha havido alguma zanga ou algum desentendimento entre o BES e os proprietários dessas sociedades, e, portanto, ainda estamos em negociações para ver se conseguimos receber esses 10% que faltam.

Todo o imobiliário que tínhamos na Escom, vendemos, para amortizar dívida do BESA.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Então, a garantia não era o imobiliário?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — O que eu disse é que os tais 140 milhões que faltam, alguns, provavelmente, não estão cobertos, mas nós já devemos muito mais. Nós já devemos seiscentos e tal milhões ao BESA e pagámos tudo. Toda a venda do imobiliário foi para amortizar dívida do BESA.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Qual foi o intuito da criação da Multiples e qual era o seu papel nessa empresa?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Da Multiples?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Por que é que ela foi criada?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Era uma empresa de serviços múltiplos do Grupo Espírito Santo que tinha os contratos das estradas de Cabinda e do Congo.

Quando a Espírito Santo Investments Group é vendida, quando os acionistas vendem a Espírito Santo Investments Group, mais tarde conhecida por Legacy,...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, a Multiples é uma espécie de...

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Ela estava lá, na Investments Group, na Legacy.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Estava dentro.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Estava dentro.

O que é que aconteceu? Se todos os ativos iriam ser vendidos não sei a quem...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Da Escom?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Esses, da Escom Investments Group...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Legacy.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Legacy.

Portanto, se todos os ativos iriam ser vendidos não sei a quem, havia uma sociedade que teria de não ser vendida porque tinha obras em curso, dívidas a fornecedores e créditos a receber.

Portanto, essa sociedade ficou fora da negociação, em acordo com os acionistas, para conseguir dar sequência aos recebimentos e pagamentos que ela tinha ainda e com obras em curso, porque senão ninguém tomaria conta dela naquela venda que foi feita não sei onde.

Fiz-me entender?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — A venda da Legacy?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sim.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Que foi feita, não sabe onde.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pois, certo, admitimos que não conheça, que não saiba que foi vendida à Vaningo, segundo as informações.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Mas eu não conheço, Sr. Deputado, peço-lhe imensa desculpa.

No dia em que os acionistas decidiram tomar a decisão de vender a Legacy ou a Espírito Santo Investments Group a terceiros, a primeira coisa que nos pediram, e que gostámos muito, foi que renunciássemos a todos os

cargos da Espírito Santo Investments Group/Legacy, coisa que fizemos a 28 de dezembro de 2010.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas ainda estava na Legacy quando conseguiu o empréstimo do BESA de 250 milhões de euros.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Se ainda estava na Legacy? Não!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Disse que saiu da Legacy no momento em que soube que seria vendida. Correto? Mas, antes disso, a Legacy conseguiu endividar-se substantivamente.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Acho que não. A Legacy já tinha dívida.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas conseguiu um empréstimo junto do BES com garantias do BESA, ou conseguiu as garantias do BESA. É que temos a informação de que...

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Mas isso já não foi connosco; isso foi um negócio feito entre acionistas que eu desconheço. Eu não assinei qualquer contrato de pedido de financiamento nenhum.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Tem conhecimento de alguns empréstimos solicitados pela Escom que, parte deles, tenham tido como destino contas de membros do conselho superior do GES?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Empréstimos pedidos pela Escom? Não! Que eu tenha conhecimento, não!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Também não tem conhecimento das notícias sobre endividamento assegurado pela Escom, que, inclusivamente, em investigação, terão originado depois depósitos nas contas de três membros do conselho superior?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não! Se calhar, eu não estou a entender a que o Sr. Deputado se está a referir.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Há notícias de a Escom ter contraído empréstimos e de um deles, de 12,5 milhões de euros, ter acabado por resultar em remuneração de membros do conselho superior.

Já agora, aquilo que referiu, há pouco, como remunerações, ou, como disse, prémios antecipados, ou distribuição de dividendos, na verdade, não foi nenhuma destas coisas, ou seja, não foi bem uma distribuição de dividendos e também não foi bem uma remuneração. Por isso, pergunto: qual foi a figura usada na contabilidade da Escom para proceder àquele pagamento aos membros do conselho superior?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Bónus.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Bónus? É uma figura de contabilidade?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não, podem ser despesas de... Para já, não foi na Escom, como sabe; houve várias sociedades que fizeram esses pagamentos.

Mas estamos a falar, outra vez, dos submarinos. É isso, Sr. Deputado?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Estamos a falar de benefícios de membros do conselho superior, quer seja no caso dos submarinos, quer seja através da canalização de crédito para contas bancárias de que sejam titulares.

Portanto, neste caso específico, estamos a falar dos submarinos.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — A única coisa que nós fizemos, por orientação do conselho superior, foi pagamentos a pessoas indicadas ou contas indicadas pelo conselho superior.

O Sr. Deputado pode perguntar-me: «Mas porquê? A que título?» — para mim, eles eram os acionistas da empresa, eles eram os donos da empresa — «Mas eles eram legalmente os donos da empresa? Foi verificar se eles eram os acionistas da Espírito Santo Resources?». Não! Mas, para mim, eram, sempre foram! O conselho superior sempre foi o dono da Espírito Santo Resources, e, portanto, quando eles nos dizem: «transfiram isto para as contas tais, tais e tais...», nós fazemos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Os acionistas dizem: «transfiram isto para as contas tais, tais e tais...» e o administrador faz?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Faz!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Era essa a prática?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Então?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Como já explicámos aqui, tínhamos um objetivo — e por isso é que gastámos bastante dinheiro com isso —, que era o de elaborar um projeto financeiro que permitisse, o mais possível, ocultar esse tipo de transferências, coisas que depois foram facilitadas com a amnistia fiscal.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não era uma prática comum.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Então, tente só explicar-nos a especificidade daquele caso. Como é que faz o acionista? A Escom participa num processo complexo de consultadoria, de assessoria? O acionista, no fim do processo, liga para lá e pede: «Olhe, transfiram aí 1 milhão para a conta de cada um.»? Pode explicar-nos a forma que isso tomou nessa altura, uma vez que não era comum?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sr. Deputado, eu não sei se ele ligou para lá, se não ligou para lá, se mandou recado, se mandou um *telex*, se mandou... Não faço a menor ideia! O que eu sei é que ficou decidido nessa altura... E acho interessante lembrar que estamos a falar com base em gravações de 2013 de factos ocorridos em 2004, o que, às vezes, torna

demasiado simples as coisas. É a mesma coisa que o Sr. Deputado perguntar: «Então, você em 2013/2014 distribuiu aqueles prémios chorudos?». Eu não distribuí em 2013 ou em 2014, distribuí em 2004! Estas coisas das confissões, daquelas gravações extraordinárias do conselho superior aconteceram nove anos depois de os factos terem ocorrido!

Se o Sr. Deputado me perguntar se há nove anos eles telefonaram, se me mandaram lá ir, se alguém foi lá e eles deram as contas, eu não sei, mas, se calhar, uma dessas três coisas terá acontecido.

Agora que não era prática corrente, não era prática corrente.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Tinha acontecido mais alguma vez?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Foi a única situação em que ocorreu.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Foi a única situação em que ocorreu.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não consegue especificar como é que essa despesa foi contabilizada nas contas da Escom?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não consigo especificar, mas não deve estar nas contas da Escom; deve estar nas contas do Felltree, da Afrexport, de várias sociedades que não estavam na Escom. Se estivessem na conta da Escom não precisávamos de fazer tantos fundos e tanta elaboração financeira do pagamento ao conselho superior, aos administradores, ao consultor e a mais cinco homens, em relação aos quais o Sr. Deputado José Magalhães me vai perguntar. Sexto, sétimo, oitavo...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É do conhecimento público o conjunto de dúvidas que pairam — aliás, a Sr.^a Deputada Cecília Meireles, inclusivamente, já aqui fez uma pergunta concreta sobre quem teria sido a tal sexta pessoa que recebeu em determinado local e em determinada hora —, e, por isso, eu farei a pergunta numa perspetiva, talvez, mais lata.

A Escom, ao longo dos processos de consultadoria e de assessoria que levou a cabo no desenho de *leasings*, de contratos de *leasing* e na facilitação de negócios, alguma vez teve contacto direto com membros dos governos? Já disse que teve com alguns.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Eu já disse isso?!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — A Escom disse que teve contacto direto com membros dos governos.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não. Contacto direto com membros dos governos em relação a quê? Em relação à aquisição de equipamento militar?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim. Principalmente nesses dois processos, sim.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E não tem conhecimento de qualquer pagamento a titulares de cargos políticos?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sr. Deputado, percebo a curiosidade e a venda de *media* que isto provoca. Nunca nenhum detentor de cargos políticos ou decisor, nestes concursos em que nós, Escom, tenhamos tido intervenção, levou um tostão da Escom. Nenhum! E há uma coisa que se confunde: houve corrupção na Alemanha, houve corrupção... Através da Escom, não! Se houve corrupção em Portugal, não ponho as mãos no fogo porque não conheço. Agora, usando a Escom como veículo para esse tipo de prática, não houve, e tanto não houve que isso foi...

Eu andei nove anos — eu sei que para o Sr. Deputado não é importante — a ser insultado, o que é normal hoje em dia, e nós já desenvolvemos uma carapaça em relação a isso. Falavam de números, diziam que eram 33, que eram 30, que eram 27, que eram 50, que era isto, que era aquilo, que tinham roubado, que tinha acontecido, que havia uma conta, que havia não sei quê... Ouça, nada disto correspondia à realidade.

Uma vez chegados ao fim desse processo, o que posso dizer, com toda a convicção, é que nenhum decisor ligado, ou não ligado, a um processo de aquisição de equipamento militar em que a Escom tivesse sido consultora do fornecedor serviu de intermediário para pagar fosse o que fosse. Não posso dizer-lhe mais do que isto!

Agora, se houve corrupção? Não sei! Aliás, uma vez eu até já lhes dei uma dica — e já fui questionado sobre esse tema aqui, na comissão de inquérito sobre a aquisição de equipamentos militar. O que eu lhes disse, e também sem fazer juízos de valor porque não tenho a certeza, é que, normalmente, esses grandes grupos não gostam de ir por um caminho só. E, portanto, se calhar, eles tiveram a tentação de achar que...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Está a referir-se à Ferrostaal?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — A todos eles. Se fossem os franceses, seria a mesma coisa. Penso que todos eles têm a mesma maneira de atuar.

Como tive oportunidade de dizer, nós tivemos de rescindir unilateralmente o nosso contrato com a Ferrostaal quando achámos que os caminhos que a Ferrostaal estava a percorrer não eram aqueles que nós defendíamos. Isso está em atas, está documentado! Mais do que isso não posso dizer-lhe, não posso dizer-lhe porque não existe.

Se houve, da parte da Ferrostaal ou seja de quem for, a tentação de chegar a Portugal e de pegar no — e estou a dizer isto hipoteticamente, com nomes que eu nem sei — almirante não sei das quantas, no cônsul não sei de que mais, e dar-lhes dinheiro, porque estava convencida de que eles podiam ser benéficos para a operação dela, não ponho as minhas mãos no fogo, porque não conheço. Através de nós, não houve!

Por isso é que fico tristíssimo quando confundem a corrupção em Portugal com a Escom. O que é que eu tenho a ver com isso? Dizem: «Ah, ganharam muito dinheiro!». Ótimo!

Já agora, aproveito para falar daquele termo das «luvas». Eu sei que está frio e que... Agora, aquele termo das «luvas» é um pouco descabido, porque aquilo não são luvas, aquilo é um pagamento contra a prestação de um serviço contratado antes.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Está a referir-se exatamente a que pagamento?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não, não! Falam muito das «luvas», das «luvas» dos pagamentos dos submarinos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, a Escom também nunca teve relações com o Sr. Jürgen Adolff?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Nem sei quem é.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Foi condenado por corrupção na Alemanha.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não, não! Sei quem é pelo jornal, mas nunca o vi na minha vida.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — A Escom, apesar das reviravoltas que houve no processo de atribuição do contrato dos submarinos, encara isso com naturalidade e remete para eventuais formas de trabalho da MAN Ferrostaal. Como é que vê isso? É regular, normal, à última hora ser promovida, diretamente por um ministro, a possibilidade de fazer uma oferta final depois de serem conhecidas as ofertas das outras empresas, beneficiando, neste caso, indiretamente, também a Escom?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Desconhecia esse tipo de negociação. Nunca estivemos nessa negociação final. A única coisa que nós ouvimos dizer foi a de o que o produto alemão era muito melhor que o produto francês, que estava testado e que é era um produto fantástico.

Portanto, se fosse escolhido o produto alemão, nós ficávamos encantados da vida, porque tínhamos um *success fee* elevado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O que vou fazer agora não é uma pergunta, é um comentário: também tinham conhecimento de que não foi

dada aos franceses a oportunidade de competir com um modelo à altura daquele que foi dado aos alemães. Os franceses estavam a competir com um modelo da gama abaixo, não sabendo que estava a ser dada uma possibilidade de oferta final aos alemães. Enfim, é um comentário. Custa-me a crer que a empresa que está a assessorar todo o processo e a ser consultora não tenha conhecimento dessas vantagens competitivas, mas cada um julgará por si.

Vou agora colocar-lhe uma pergunta em relação a uma notícia que saiu em janeiro de 2013, onde se pode ler o seguinte: «Em 2012, o Banco Nacional de Angola foi obrigado a intervir no BESA no seguimento de uma situação de emergência traduzida numa incapacidade do Banco para cumprir as suas obrigações no mercado interbancário local. A anormalidade foi devida a uma operação de saque de 400 milhões de dólares de fundos do Banco praticada pelo BES no âmbito das suas competências de gestão do BESA, com o fim de se recapitalizar e assim evitar o recurso a fundos reservados para o efeito pelo programa de assistência financeira internacional a Portugal. (...)

A justificação apresentada pelo BES de que o saque fora efetuado por conta de créditos a que se considerava com direito pela venda da sua participação da Escom, não só não foi aceite pelo BNA, como complicou o negócio, ainda em aberto, da conclusão do mesmo. Tendo por base acertos de contas e ressarcimentos reclamados pelo comprador da Escom, supostamente a Sonangol, mas também figuras da elite angolana, o valor atribuído pelo BES à sua participação na companhia nunca mereceu a concordância do comprador».

Presumo que tenha conhecimento desta notícia, até porque envolve a Escom, pelo que gostaria, já agora, que nos explicasse todo este processo.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sr. Deputado, não lhe consigo explicar todo esse processo. A única coisa que consigo explicar... Isso foi em 2013?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É referente a operações de 2012.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Para conseguir explicar-lhe, teremos de voltar um pouco ao início.

Tenho de dizer, com toda a franqueza, talvez até penalizando-nos — eu gostava imenso que a Escom valesse aquilo que a avaliação dizia que valia, sempre tivemos consciência de que não valia e de que estavam a esticar um pouco a corda... —, que, quanto à negociação em si, fiquei com a sensação, mas não posso jurar a pés juntos, de que, a partir de uma certa altura do campeonato, quando se assinou um contrato de venda da participação do Grupo Espírito Santo na Escom à Sonangol, em 2010, quando o sinal vinha um mês depois e quando, segundo soubemos, se assinou um acordo de confidencialidade, que vinha esparramado nas notícias em janeiro, quando tudo isso começa a surgir — e acho que até nem comentei com ninguém —, de que a partir dali e, depois, pelas confusões que começaram a acontecer... Digo-lhe mais: não sei de quem é a culpa das confusões, se do BES, se do BESA, se do Dr. Sobrinho, se do Dr. Amílcar Moraes Pires... Não faço a menor ideia; a única coisa que ouvíamos era uma grande confusão ali no meio. Mas, como eu dizia, eu fiquei com a sensação de que a Escom tinha virado moeda de troca. Deixou de ser um negócio e passou a ser moeda de troca.

Portanto, tanto poderia ser, como poderia não ser; se fosse conveniente, era vendida; se não fosse conveniente, não era vendida; se não fosse vendida, alguma coisa se havia de fazer!

Agora, a minha responsabilidade era na Escom, com os trabalhadores da Escom, com as empresas da Escom, com os projetos da Escom e nunca mais tive notícias sobre isso.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Nem tão-pouco estava a perguntar pela sua responsabilidade nesta questão concreta...

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Eu sei, eu sei!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — ... mas pelo seu conhecimento.

Houve, de facto, esta transferência de 400 milhões de dólares para o BES? Tem conhecimento?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não faço a menor ideia.

Sr. Deputado, a certa altura, ficámos completamente sem saber o que fazer em relação a como, primeiro, fechar as contas de 2011, de 2012 e de 2013, auditadas pela PricewaterhouseCoopers na Holanda. É grave não termos a auditoria concluída, nem o relatório da auditoria. Não podemos ter a auditoria da PricewaterhouseCoopers na Holanda se não tivermos uma carta compromisso do acionista maioritário a dizer que vai continuar a suportar a empresa.

Em 2011, não tivemos essa carta (ninguém nos respondeu porque o Grupo Espírito Santo já tinha vendido e a Sonangol não tinha aparecido); em 2012, continuámos sem resposta, porque já tinham vendido e ninguém tinha aparecido; e, em 2013, já não tínhamos lata para perguntar o que havíamos de fazer.

Portanto, tivemos um problema seriíssimo, que foi agravado por esta indefinição acionista. E, a certa altura — e esta é uma opinião pessoal —,

fiquei com a nítida sensação de que a Escom deixou de ser um negócio para passar a ser moeda de troca. Ou seja, «Se me deres aqui, dou-te aqui... se não me deres ali, não dou ali...!».

Só sei é que ficámos muito satisfeitos pela possibilidade de termos um caminho novo à nossa frente, em dezembro de 2010. Estamos em janeiro de 2015 e temos este caminho brilhante à nossa frente. Mas estou animado, porque havemos de conseguir dar a volta.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Tinham consciência de que o BESI tinha esticado um bocadinho a corda, de que o BESI estava a favorecer o próprio grupo em que se integrava, apesar das aparentes discordâncias entre os vários administradores, mas, «um bocadinho» aqui, era quanto, na sua opinião?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sr. Deputado, é um pouco difícil de responder exatamente quanto, mas havia, por exemplo, áreas de negócios que nitidamente estavam sobrevalorizadas, tanto que nas primeiras discussões que se começam a fazer em torno da venda da Escom, o próprio negociador-mor, Dr. Ricardo Salgado, começa a dizer que, se calhar, tem de fazer um descontozinho.

Eu acho que o Dr. Ricardo Salgado, convictamente, tentou vender a Escom. Acho que ele fez tudo, o que podia e o que não podia, para tentar concluir o negócio. Acho que ele acreditou que conseguiria fazer o negócio até a altura em que, se calhar, foi apanhado noutras surpresas, que ele desconhecia, em relação ao BESA, ou que calculou mal, e o negócio deixou de ser a Escom para ser outra coisa qualquer.

Na altura, dissemos à administração da Rioforte que não nos parecia muito curial, nem muito normal, não contratarem um banco de investimentos

independente para fazer uma avaliação, porque era mais normal, apesar de os bancos de investimento, hoje em dia, também não fazerem nenhuns favores. Mas nós achámos que era mais normal que não fosse, pelo menos, o banco da casa. Portanto, quando tivemos o resultado da avaliação do BES Investimento, e porque o modelo inicial exigia que nós, *management*, ficássemos lá durante três anos, ficámos um bocadinho assustados com o facto de não saber como é que eu, no dia seguinte, iria dizer à Sonangol que isto estava avaliado em 60 milhões mas que, afinal, só valia 30. Portanto, chamámos a atenção para isso e, depois, ficámos um pouco chocados quando, em cima do valor da Escom, foi posto um prémio de controlo. Aí é que nós achámos que já era esticar um bocadinho a corda. Mas pronto, era uma negociação, era uma oportunidade, se a Sonangol comprasse, ótimo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Explique-me uma coisa: quando se assina o contrato de promessa de compra e venda já se sabe o preço final e já se conhece a avaliação, apesar de contestada. O que é que terá sido dito, se é que foi alguma coisa dita, ou pela Newbrook ou pela Sonangol?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sr. Deputado, já ouvi tantas conversas sobre isso.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E faz fé em alguma delas, ou não?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Já ouvi tantas conversas, tantas interpretações, tantas histórias, tantas promessas de financiamento na aquisição da posição da Escom, promessas de financiamento de não sei o quê... Ouça, para mim, a certa altura, e para não dar em maluco, o que me interessava era o seguinte: compram ou não compram? Aparece um

acionista, ou não aparece? E, se não aparece, o que é que vamos fazer? Existe um plano *b*? Temos alguma alternativa? O que vai acontecer à Escom? Porque, na verdade, o Banco Espírito Santo — e graças a Deus que assim o fez, e por isso é que nós, hoje, ainda estamos vivos —, no decorrer deste tempo, foi financiando salários, impostos e serviços da dívida, foi dando umas gotas para nos irmos mantendo à tona.

Mas, por exemplo, tudo o que era financiamento da parte do investimento, dos *cash calls*, do petróleo, do capital de que precisávamos... A certa altura — e o Sr. Deputado sabe disso — as empresas não precisam de financiamento, as empresas precisam de capital. Nós não aguentámos mais taxas de juro, que, muitas vezes, no BESA ou em Angola, num dia eram de 12,5% ao ano e no outro dia de 25%. É conforme! E, portanto, a certa altura, tem-se um serviço da dívida incomportável. E o que os acionistas, que já não eram acionistas porque já tinham vendido a posição na Escom, nos diziam era: «Mas nós continuamos a financiar a Escom». Mas nós não queremos financiamento, nós precisamos de capitais próprios. E era disso que nós andávamos à procura em 2007, quando fizemos o *roadshow*, era de capitais próprios, para podermos desenvolver os projetos; agora, financiamento, as empresas não aguentam, sobretudo uma empresa com capitais próprios negativos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pois, se as empresas que têm as benesses que a Escom teve acham que não aguentam, e é provável que não aguentem, imagine as pequenas e médias empresas, que nem sequer conseguem aceder ao crédito. É que a Escom, como era do Banco, conseguia aceder, em condições absolutamente extraordinárias, ao crédito, e reconhecerá que era assim. Pergunto: alguma vez atingiu o limite de

endividamento em alguma das filiais em que a Escom estava endividada?
Algum dos limites de endividamento foi atingido?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não sei dizer, já não conheço os limites de endividamento.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Estão legalmente fixados. Portanto, uma empresa não pode comprometer-se acima de um determinado valor, sendo parte do mesmo grupo económico do banco.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — O Sr. Deputado, nesta Comissão, está a querer formar-me em administrador da área administrativa e financeira, que não é a minha especialidade.

Na Escom eu tratava, basicamente, da relação com os acionistas e da área toda de recursos humanos, e, portanto, há perguntas a que não sei responder, porque não vinha preparado para elas, mas tudo o que precisar, em termos de documentação, terei todo o prazer em fazer-lhe chegar.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Então, por favor, é o conjunto dos créditos da Escom aos bancos ou filiais da Financial...

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Da Financial?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — ... a qualquer banco do Grupo BES.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Só há dois!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Só há dois, não...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não será melhor fazer um requerimento?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Muito bem, Sr. Presidente.

Era importante perceber se alguma vez a Escom teria atingido o valor de endividamento legalmente imposto em Portugal, por exemplo, junto do BES e se, por via do BESA, conseguiu endividar-se além daquilo que poderia em Portugal.

Para uma empresa que já tinha dívidas em Portugal, e ainda por cima com imparidades elevadas, ao que parece, essa terá sido a prática. Portanto, foi a Angola endividar-se, porque já não podia endividar-se aqui, ou vice-versa, o que só comprova a tese de que o dinheiro dos depositantes era utilizado para suportar as aventuras dos acionistas.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — O Sr. Deputado não gosta de ouvir falar dos ativos da Escom, só gosta de ouvir falar da exposição bancária.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Luís Horta e Costa, os Deputados estão aqui para fazer perguntas para preencher o *puzzle* que estão a tentar montar e não para tecer juízos de valor sobre a qualidade do ativo ou do passivo.

Estamos aqui a tentar compreender qual é o quadro político e regulamentar que permite que uma empresa com a situação factual com que a Escom vivia contraísse créditos que manifestamente não pôde pagar, o que se comprova pela realidade atual, em que têm uma imparidade registada na ordem dos 60% dos créditos contraídos junto do BES e do BESA.

Portanto, isto não é estar a valorizar ou a desvalorizar ativos, nem a atividade da empresa; estamos aqui a tentar apurar o que permitiu que chegássemos aqui. É só isso!

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Cumprimento as Sr.^{as} e os Srs. Deputados e o Sr. Luís Horta e Costa.

Há, de facto, um conjunto de matérias, algumas delas em circunstâncias tão estranhas que me fazem começar pelo básico dos básicos, para nosso esclarecimento.

Assim, primeiro: quando é que começou a trabalhar com a Escom e até hoje trabalha com a Escom? Quando é que começou a exercer funções.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Desde o início da Escom.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Em mil novecentos e noventa e...

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Antes de a Escom ser constituída havia uma empresa que se chamava Espírito Santo Agriculture and Development Limited, a ESADL, que foi o embrião da Escom.

Eu comecei a trabalhar na Escom ainda antes do Sr. Hélder Bataglia, eu e uma secretária, trabalhávamos na Rua de São Bernardo, já tive oportunidade de dizer aqui, numa sala muito simpática que era dedicada aos motoristas e onde me senti muito bem acolhido — aliás, foi na altura das privatizações do Banco Espírito Santo e da Tranquilidade.

Ninguém tinha tempo para falar connosco e nós tivemos a oportunidade de descobrir uma operação que se estava a desenhar em Espanha, em relação a Angola — e foi nessa altura que eu conheci o Hélder Bataglia, que tinha um bom conhecimento porque tinha vivido lá a vida inteira —, e conseguimos montar uma equipa que conseguiu fazer uma operação interessante para exportadores portugueses e para o Grupo.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Quando?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Em 1992, 1993. Lembro-me de ainda estar em Luanda quando eclodiu novamente a guerra civil com o Dr. Savimbi.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Desde essa altura até hoje manteve-se sempre em funções de administração e a empresa pertenceu sempre, na sua maioria, ao universo BES, se é que posso dizer assim. É verdade?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não. Ao universo Grupo Espírito Santo.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Luís Horta e Costa, quais eram as suas funções, se é que mudaram, como administrador?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — No início?

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sim.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Um faz-tudo! Éramos pouquinhos, fazíamos tudo — faturas, atender à porta e até falar ao telefone. Fazia tudo, mandar *faxes*, *telexes*, telegramas, o que fosse necessário.

Depois, quando a empresa foi crescendo, fomos distribuindo pelouros. Houve uma altura em que tive a área de operações, quando fazíamos operações comerciais, e mais tarde fiquei com a área de recursos humanos, porque tive um problema, do qual os Srs. Deputados ouviram falar, com certeza. Nós já estávamos há muito tempo em África e eu apresentei o Dr. Abel Pinheiro ao Dr. José Manuel de Sousa, e por isso fui acusado na operação dos sobreiros por uma apresentação que fiz de um amigo a outro. Então, tive de ficar bastante tempo em Portugal ao serviço da justiça portuguesa, coisa que fiz com todo o gosto, mas isso prejudicou-me um pouco nas minhas funções na Escom e foi nessa altura que fiquei mais com a área de recursos humanos, de recrutamento, de toda a parte de avaliação de desempenho de pessoal, de toda a parte de reestruturação e grelhas salariais e, como eram 2000 pessoas, eu tinha bastante trabalho.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — A empresa tem sede aonde?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Na Holanda.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Luís Horta e Costa, qual era, ou qual é, a forma de obrigar da sociedade? Quem é que responde pela sociedade?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Por qual delas? Pela *holding*?

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sim.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — São dois administradores.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Em que se inclui o senhor?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Posso ser eu, ou não.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Dito de outra forma: naquilo que vincula juridicamente esta sociedade, terá de ter a sua assinatura?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — No que diz respeito a funções de administração, de comissão executiva.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Além destas funções, fez ou fez parte de algum órgão social de empresas do GES?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — De nenhuma outra?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — De nenhuma.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Nem de *offshore*?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — *Offshore*, talvez dessa em 1991, que era uma empresa que estava lá. Estávamos à procura de um «chapéu» para fazermos uma operação e o Grupo, nessa época, era todo *offshore*, não estava cá ninguém! Havia uma empresa que se chamava ESADL, que mais tarde

virou Escom, e aproveitámos essa sociedade para fazer algumas operações comerciais.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Há três temas sobre os quais gostava de fazer algumas perguntas, que gostaria de ver esclarecidas porque não nos adianta muito, não adianta a esta Comissão no âmbito e no objeto que ela tem, por muita ajuda que nos dê, e dá, irmos beber aos órgãos de comunicação social, àquilo que lá sai, porque temos de ouvir as pessoas aqui, porque, por muito que seja officiosamente conhecido, tem de ser oficialmente conhecido. E, como imaginará, o seu depoimento, atentas as funções que exerceu e exerce, é reputado de bastante importante nesta Comissão, pelo menos, para nós.

O primeiro tema que vou abordar tem a ver com o problema do consórcio alemão, e vou tentar fazer perguntas simples, independentemente da complexidade das respostas.

Que contrato é que a Escom fez com o consórcio alemão? E para quê?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sr. Deputado, não sei muito bem as regras desta Casa, mas já respondemos a isso tudo na Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas relativos à Aquisição de Equipamentos Militares.

O Sr. **Presidente**: — Mas há aqui conexões que são importantes.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Se assim é, está bem! Então, volto a repetir.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Eu tive a oportunidade de ler o depoimento que fez nessa altura, tenho-o aqui, só que esse depoimento está noutra comissão e foi feito a propósito de outro tema.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Luís Horta e Costa vai responder.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Irei responder, com certeza.

Assinámos um contrato com o consórcio alemão que, na altura, se chamava MAN Ferrostaal — mais tarde veio a chamar-se GSC (German Submarine Consortium) —, penso, em 1996, 1997. Peço desculpa ao Sr. Deputado por as datas poderem não ser muito exatas, mas foi mais ou menos por essa época que assinámos o primeiro contrato que dizia respeito ao... Repare: eu remeti-o para a comissão de inquérito relativa à aquisição de equipamentos militares só para não o fazer perder tempo, não foi por estar enfadado, porque tenho todo o prazer em responder.

Portanto, como eu dizia, em 1996, 1997, assinámos esse contrato que previa as nossas obrigações em relação a um possível concurso que viesse a surgir na área do fornecimento de submarinos de defesa, não de ataque, a Portugal.

Depois, mais tarde, e não posso recordar quando, tivemos de refazer o contrato porque o German Submarine Consortium não tinha condições de ter um contrato com uma empresa *offshore* — a empresa Investments Group Limited era uma empresa das BVI.

Nós vínhamos de uma fase completamente *offshore*, porque o Grupo Espírito Santo era todo *offshore*, e, quando tivemos de fazer essa sociedade, aconselharam-nos, o próprio German Submarine Consortium aconselhou-nos — e estamos a falar de 1998, 1999, por aí — a fazer uma sociedade no UK, porque eles também estavam a fazer, para os mesmos fins, uma

sociedade no UK, e isso permitiria que fossem mais fáceis as trocas de informação, as marcações de reuniões, etc. Então, tivemos o cuidado de abrir uma sociedade no UK, uma sociedade que não era daquelas fantoches, que só tinha uma caixa postal, onde tínhamos uma estrutura, um diretor, uma secretária, uma contabilidade, para onde ia daqui apoio jurídico, sempre que solicitado, e onde se faziam reuniões periódicas com o consórcio alemão.

Portanto, foi esse contrato que esteve em vigor até ao final, se não me engano. Pode ter havido alguma alteração, alguma adenda, mas de que me recorde não.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Na Escom UK, quem eram os administradores? Os representantes da sociedade?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Na Escom UK, penso que eram o Miguel Bataglia, eu... Não sei, mas posso saber.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Mantinha-se a administração. Também representava a sociedade. Correto?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Acho que sim, acho que eram os mesmos. Tinha mais o gerente local, que era o Miguel Bataglia.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sendo um contrato, como todos os contratos, fixa direitos e deveres recíprocos. Independentemente dos serviços, porque isso não é o mais importante, o que interessa é mesmo a retribuição, pergunto: qual era o valor da retribuição da Escom? Era uma retribuição fixa ou variável? Tinha um *success fee*? Qual era o valor que esperavam receber? Variava em função de quê? Ou não variava?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Esperávamos receber uma percentagem sobre o contrato — aliás, esse contrato é público —, que tivemos de reduzir substancialmente aquando da redução do valor. Primeiro, o contrato referia-se inicialmente a três unidades, se não me engano, e, depois, foi reduzido para duas unidades — aliás, não me lembro se chegou contratualmente a haver três unidades, mas penso que sim.

Depois, tínhamos um percentual que foi renegociado, penso que numa adenda, mas não sei se essa adenda existe ou não, onde tivemos de fazer uma redução substancial dos nossos *fees*, dos nossos serviços, face à redução que o consórcio alemão diz ter tido de fazer no fornecimento do equipamento para o Estado português.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Está a referir-se à adenda de três para dois submarinos ou à redução aquando da rescisão?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não, não, estou a referir-me à venda de dois submarinos — o terceiro já esqueci, porque rapidamente passaram a ser dois. Estou a referir-me à venda de dois submarinos, com um valor x , que, depois, tiveram uma redução substancial no preço de venda ao Estado português e que o consórcio alemão quis repartir connosco, dizendo: «Vamos ter de fazer uma redução, vocês também vão ter de fazer uma redução».

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Estamos a falar de uma redução substancial. Tem números indicativos que nos possa dar?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Penso que seria à volta dos 2,5 milhões ou 3 milhões de euros.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — De redução?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sim.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — A certa altura, por iniciativa da Escom, rescindiram o contrato com o consórcio alemão. É verdade?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — É sim, senhor.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Porquê?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Isso já foi no final.

Não gostava de ser deselegante neste tema, mas sentimos que o consórcio alemão, como já tive oportunidade de dizer por outras palavras, escolheu caminhos, não sei se melhores, se piores, que não eram os nossos.

Nós tínhamos um contrato de exclusividade, em relação a tudo o que fosse o tema de contrapartidas, mas tínhamos algumas divergências graves em relação à forma como realizar contrapartidas. E, portanto, decidimos rescindir porque tínhamos manifestado por diversas vezes a nossa discordância em relação àquele tema — e mais tarde até fomos chamados como testemunhas no processo de contrapartidas —, porque tínhamos algumas divergências graves que resolvemos manifestar, e isso não foi muito bem aceite pelo consórcio alemão e a relação tornou-se tensa.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Então, rescindiram porque divergiam na forma de atuar, sendo que a Escom defendeu uma que o consórcio alemão não aceitava ou não perseguia. É isso?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sim. Houve, digamos, dois consórcios alemães. Houve um consórcio alemão que era gerido de uma certa maneira e, depois, a sua gestão foi substituída por pessoas diferentes e essas resolveram apressar um bocado o processo. Tinham muita pressa em fazer o volume de contrapartidas que seria necessário e começaram a considerar meios e formas de atingir esse volume que não eram, de todo, aquelas que tínhamos sempre preconizado e estudado.

Portanto, achámos que estávamos a ir em linhas completamente opostas e, ainda por cima, aquilo que o consórcio alemão resolveu gastar com esse novo caminho pretendia descontar no *fee* que tinha de nos pagar. Quer dizer, nós não só não estávamos de acordo como tínhamos um contrato de exclusividade, além de que não estávamos dispostos a pagar uma coisa pela qual não estávamos de acordo e não tínhamos contratado.

De maneira que, de uma forma muito construtiva, resolvemos rescindir o contrato.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Não sei se rescindir, tecnicamente, é a melhor expressão, mas, de todo o modo, quando rescindiram era-vos devido um valor. Pergunto: que valor é que era devido? Que valor é que foi pago? Que desconto é que fizeram?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Isso também é contratual e posso fazer-lhe chegar essa informação, mas penso que, na altura, tivemos de fazer um acordo em que abrimos mão de mais de 600 000 ou 1 milhão de euros.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Qual foi o valor recebido?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — No final?

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sim.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Pelo contrato todo? Foram cerca de 27 milhões.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Vai perdoar-me, mas vou perguntar-lhe para onde foi cada uma das parcelas que compõe este valor. Sabe dizer-me como é que foi distribuído esse valor e por quem?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sei. Há uma parte que, como o Sr. Deputado sabe, está ao abrigo do Regime Excecional de Regularização Tributária (RERT), mas que foi distribuído pelos três administradores mais o consultor da Escom.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Que valor coube a cada um?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não sei se tenho de dizer isso, porque o Regime Excecional de Regularização Tributária é um bocadinho uma coisa do foro íntimo de cada um. Não é?

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente,...

O Sr. **Presidente**: — Já se levantou esta questão e a resposta foi igual.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — E o Sr. Presidente entende que é do foro íntimo, ou pode ser partilhável?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Vim sem advogado, e eu não sei se isso é... Mas isso não faz parte do despacho de arquivamento do processo dos submarinos? Penso que faz. Não faz?

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, isso faz parte do âmbito do segredo fiscal.

Ainda não fizemos a discussão do mesmo, e já aqui foram levantadas várias questões.

Portanto, aguardo por um requerimento para depois fazermos essa discussão.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Horta e Costa, não pretendo insistir nisto, a não ser que V. Ex.^a esteja disponível para me responder, mas não deixo de estranhar que se sinta mais confortável em comentar os valores na imprensa do que aqui, perante toda a gente.

Não sei se é sigilo fiscal ou não, nem estou a discutir isso, mas, tanto quanto creio, sentiu-se à vontade para expor esta intimidade noutra sede e eu estava expectante de que também tivesse esse à-vontade para a expor nesta, até porque é tão sabido que era mais confirmar do que para descobrir. Mas se vai invocar esse segredo fiscal, não me resta senão respeitá-lo.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sr. Deputado, não queria ofendê-lo em relação à intimidade, ou não, com a imprensa. A imprensa pôs-me dados

concretos, dizendo-me: «Tenho a informação de que é assim!». Perguntou-me: «Foi assim ou não foi?», e eu disse «sim» ou «não».

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Tentando manter-me fora dessa tal esfera do sigilo fiscal, há um valor global que seria para os administradores. Tem ideia de quanto era esse valor? Ou também está em sigilo fiscal?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Quer dizer, é somá-lo e dividir por quatro. Está bem, posso dizer-lhe: foram 16,5 milhões.

O Sr. **Presidente**: — Não há nada como porfiar, porfiando consegue-se.

Risos.

Estarmos aqui a levantar questões dos segredos e a discutir questões processuais acho que é um disparate.

A pergunta foi feita, foi-se insistindo, o bom senso imperou, o Sr. Luís Horta e Costa respondeu e, portanto, está respondido.

Peço que não se levantem questões processuais. As questões processuais serão discutidas em privado, entre nós. Estamos aqui para apurar factos.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Vou tentar, então, fazer isto de outra maneira.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — O senhor chega lá, porque o senhor tem jeito.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Pois chego! Nós, os dois, vamos entender-nos, mas tem de ser devagarinho.

Risos.

É que, de facto, para nós é importante apurar este valor até para esclarecer de vez, sejam quais forem as consequências ou as conclusões que alguém tire.

Desses tais 27 milhões, 16 terão sido distribuídos entre quatro pessoas. Foi o que me disse?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Foi 16,5 milhões.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Muito bem, 16,5 milhões. Três eram administradores...

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sr. Deputado, permita-me só discordar de uma coisa: essa questão está resolvida, porque o processo foi arquivado. Essa questão, para mim, está resolvida. Tudo o que eu tinha que esclarecer perante a justiça, e eu acredito muito na justiça, esclareci, e quando não pude falar invoquei o segredo de justiça. Hoje em dia sinto-me mais liberto para poder falar mais um bocadinho sobre isso, embora a parte fiscal seja íntima de cada um. O problema é que quando falo da minha parte, vou falar da dos outros, porque foram, sensivelmente, partes iguais, e é um bocadinho deselegante da minha parte.

Mas, como o senhor já me apanhou a tropeçar, digo-lhe que o valor distribuído pela administração foi cerca de 16,5 milhões, depois, ao conselho superior, conforme já aqui foi confirmado, não por mim, foi cerca de 5 milhões e o restante foi gasto com a constituição de fundos, investimento na operação, advogados, com a banca de investimento, etc., coisas essas que também já foram vistas pelas autoridades competentes, inclusive em sede de IVA e de devolução desses montantes.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Embora o meu tempo seja precioso, deixe-me dizer-lhe, porque me parece importante, que não há da nossa parte, e muito menos da minha, nenhum intuito persecutório. Aliás, eu já disse isto antes: nós não temos pré-culpados, nem pré-arguidos, nem pré-coisa alguma. Nós tentamos obter factos, lê-los e, depois, alguém tirará consequências.

O facto de este tema já ter sido devidamente apurado, do ponto de vista do senhor, acho ótimo. Não pense que estou a tentar obter de si algo ou a comprometê-lo, o que eu quero é perceber, o senhor estava lá, mas eu não estava.

Outro assunto sobre o qual também gostava de obter um comentário tem a ver com as chamadas «Torres Sky», da Escom. Disse, a certa altura, a instâncias de outro Sr. Deputado, que elas teriam sido vendidas ou teria sido prometido vendê-las. Qual foi o valor de venda, sabe?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Elas foram prometidas vender... Quer dizer, se tivesse sido em Portugal, tinham sido prometidas vender. O contrato já tinha sido rescindido, tínhamos ficado com 90% do pagamento e com as torres.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Pois!

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — O sinal de 90% faz-nos pensar duas vezes.

O que foi pago pela venda das torres Sky foi 90% do valor, sendo que o valor total de venda das torres... Foi feito um pagamento quando as torres ainda estavam em construção, e houve um desconto de pagamento à cabeça, em cerca de 397 a 400 milhões de dólares, mas também tenho de precisar este número, porque não tenho a certeza absoluta daquilo que estou a dizer em termos de números e de vírgulas. Foi feito um contrato-promessa de compra e venda, as sociedades promitentes compradoras realizaram um pagamento de 90% do valor total e, depois, faltam 10%, que estão em discussão entre o BESA e os proprietários das torres, das sociedades que nos adquiriram as torres.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Se bem entendi, então, cerca de 350 milhões de dólares terão sido pagos imediatamente, com desconto por ser antecipado do contrato definitivo e por estarem em construção. Quem eram as contraentes-promitentes que iam comprar?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Quem era o cliente?

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sim.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Em Angola, é difícil saber. Aparecem sempre representantes legais que assinam em nome de sociedades e, para nós, mesmo na Escom, o importante é que eles paguem os 90%. Mas, normalmente, em Angola, essa prática é corrente, nunca se sabe muito bem

quem é o cliente final da sociedade. Ainda não temos aquele problema dos LBO. Portanto, sabemos que eram três sociedades, de cujo nome não me lembro (e eu não estive envolvido diretamente nessa operação), a quem pertenciam não sei, que tinham financiamento (penso que tinham pelo que vim a saber depois), que nos pagaram na data acordada e que falta pagar 10%, falta.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Não subscreveu o contrato?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Penso que não, Sr. Deputado. Não tenho a certeza, mas acho que não. Talvez tenha subscrito cá, se não houve assinaturas de lá suficientes, mas penso que não.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Tanto quanto recorda, eram três sociedades as compradoras?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sim.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Três sociedades representadas por alguém, que neste momento não é relevante, e que terão pago cerca de 350 milhões de dólares, ficando por pagar 10%.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sim, 10%. Faltavam quarenta e tal milhões, que ainda hoje faltam e muito jeito nos fariam, porque permitir-nos-iam resolver uma data de problemas na Escom.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sabe quem é que financiou a compra?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Quem financiou as sociedades?

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sim.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Penso que foi o BESA. Li tantas histórias sobre esses financiamentos que chego à conclusão de que deve ter sido o BESA.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Luís Horta e Costa, qual foi a participação de Hélder Bataglia nessa operação?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Como Presidente da Escom, foi a de autorizar a venda. Não sei se assinou o contrato ou não.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Repare: começa a não haver muita gente. A Escom é representada juridicamente por alguém. Eram três administradores, tanto quanto recorde...

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sim, mas depois tem procuradores locais, tem o diretor-geral da gestão imobiliária, tem...

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Hélder Bataglia, nesta altura, tinha alguma ligação ao BESA?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — O Hélder Bataglia sempre fez parte da comissão executiva do BESA, embora não fosse propriamente um participante ativo na gestão do BESA — aliás, penso que ia lá muito pouco.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Então, ele estava no BESA, estava na Escom e esteve neste negócio. Quem não esteve foi o senhor.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Ouça, não sei. Se calhar, até assinei o contrato. Tenho de ver.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Mas não esteve na negociação.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não. Mas o Hélder Bataglia também não esteve na negociação, que eu saiba. O Hélder Bataglia a única coisa que aceitou, como todos os administradores da Escom aceitaram, foi a venda das torres por aquele valor.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Obviamente que tento separar aqui a postura do conjunto de conhecimentos que é expectável que tenha como administrador, percebendo que há um conjunto de factos sobre os quais não tem de saber, mas pode saber, e por isso pergunto, pois são factos que têm mais a ver com outras pessoas, até do ponto de vista da sua vinculação jurídica.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sr. Deputado, deixe-me só dizer uma coisa que eu acho importante.

Embora possa não ser do meu pelouro, se eu puder ajudar a esclarecer, ajudo, com certeza. Estou um bocadinho cansado de ouvir as pessoas dizer que não sabiam nada de nada! Até tenho medo de falar no jogo, mas acho que as pessoas iam para as empresas jogar o Sudoku — penso que é assim

que se chama — ou fazer palavras cruzadas. Na minha empresa, eu trabalhava!

Agora, se o Sr. Deputado me pergunta qual foi o valor exato do financiamento, qual foi a exposição bancária, por que é que cresceu nos últimos seis meses, se calhar, não sei responder-lhe com exatidão. Mas sobre as grandes questões da Escom, se eu puder, com todo o gosto, estarei aqui para responder.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Muito lhe agradeço, porque isso corresponde à minha postura. Eu também não o quero «apanhar», para usar a sua expressão de há bocado, eu quero é que me ajude a perceber, porque há aqui um conjunto de situações que carecem de melhor esclarecimento.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Apanhar já me apanhou.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — De todo! Faço perguntas.

Em relação à venda da Escom, a tal venda que o senhor espera desde 2010, quando é que tomou conhecimento de que essa operação estaria para acontecer ou que teria acontecido? Como soube e quando soube?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Quando é que se começou a desenhar a possibilidade da venda? Repare, isto foi depois de duas desilusões e quando estamos desiludidos até acreditamos no Pai Natal!

Como lhe disse, no início, tivemos a desilusão do primeiro *roadshow* da Escom, porque levámos com a crise em cima; depois, quando a Escom passa para o *portfolio* da Rioforte, tivemos a segunda desilusão com o insucesso da tentativa de *roadshow* da Rioforte — isto foi na altura do

campeonato do mundo de futebol, na África do Sul, porque eu estava muito triste com a atuação de Portugal. Lembro-me de que nessa altura começaram a surgir, até por encontros que parece que houve nesse evento desportivo, possibilidades de os angolanos se interessarem pela aquisição da Escom. Sei que houve contactos preliminares, mas, Sr. Deputado, soube *off-the-record*, por conversas de corredor, conversas de casa de banho, aliás, mais de corredor do que de casa de banho...

Risos.

Portanto, o que eu sei é que começaram a aparecer perguntas sobre se havia interesse da parte do Grupo Espírito Santo em alienar ou não a sua posição na Escom.

A partir daí, houve um avolumar de contactos entre alguém — entre quem e mais não sei quem, com o outro, que era muito importante, mais o outro, que também era importante, que vem cá e vão lá, que encontram-se a meio do caminho e eu não sei o que aconteceu — e fomos postos perante uma realidade, que foi a de termos de passar a Escom, que estava na Rioforte, para a Resources, porque era fundamental o resultado da venda da Escom para o aumento de capital do BES, em 2011.

Há quem pense que tudo isto foi uma moscambilha para esconder passivo, e aqui defendo, com unhas e dentes, que não foi. O Grupo Espírito Santo estava convicto de que vendendo a Escom conseguiria não perder uma posição significativa, nem o controlo do BES, e, portanto, com o resultado da venda da Escom conseguiria ir ao aumento de capital do BES.

Por que é que passa da Rioforte para a Resources? Provavelmente, pela mesma razão que a Resources simplifica mais a estrutura acionista do Grupo do que a Rioforte, e, portanto, eles mais facilmente poderiam dispor

de resultados na Resources que lhes permitissem ir ao aumento de capital. Presumo que fosse isso.

Em setembro de 2010 começámos a ouvir falar na Sonangol, começámos a ouvir falar de contratos, de condições e exigências, tais como ficar o *management* por mais três anos, se estaríamos ou não dispostos a isso, e começámos a ouvir falar nas avaliações e nessa história toda, e foi aí que começámos a ficar um bocadinho assustados com...

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Começámos?! Quem é «começámos»?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — A administração! A administração ia lá ficar.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Peço desculpa por interromper, mas «começámos» a discutir isso com os compradores ou com...

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não, nós começámos a ouvir da parte dos acionistas...

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Ainda acionistas!

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sim, ainda acionistas! Eles ainda são acionistas. Estamos em 2015 e eles ainda continuam a ser acionistas.

Portanto, começámos a ouvir da parte dos acionistas alguns *insights* no sentido de dizer: «Nós vamos ter de fazer aqui umas operações e não sei o quê...». E nós dizíamos: «É pá, não escolham o BES Investimento, porque

não é propriamente a melhor solução». Mas eles respondiam: «Mas eles sabem muito bem fazer estas avaliações». E quanto perguntávamos: «Precisam de ajuda?», a resposta era: «Não, não! Não precisamos de nada!».

Portanto, quando fomos confrontados com a avaliação final e não podemos esquecer que a avaliação final... Estou a falar nisto porque acho que é importante para as conversas que tem havido aqui sobre o Banco Espírito Santo, sobre a liderança do Dr. Ricardo Salgado, sobre as confusões com o Dr. José Maria.

É importante esclarecer o seguinte ponto: nós fomos confrontados com uma avaliação a pedido da Rioforte feita pelo BES Investimento, suponho eu, que deve ter recebido principescamente para o fazer — não sei, se calhar, não recebeu nada, foi de graça! —, e nós não gostámos muito da maneira como a avaliação foi feita e as áreas de negócios a que ela foi atribuída.

Sabíamos que a soma da avaliação dava aquele que era o resultado que eles pretendiam e tínhamos, nessa altura, um passivo. Portanto, estamos a avaliar a Escom, nessa altura, em cerca de novecentos e tal milhões de dólares, porque tinha um passivo de 300 — e lembro que a Espírito Santo Investment Group/Legacy tinha ido não sei para onde. Portanto, o que estamos a dizer com isto é que a Escom valeria 300 milhões de passivo mais seiscentos e tal milhões de ativos e a nós isto parecia-nos um bocadinho difícil.

Eu, nestas condições, no dia seguinte, quando me sentasse com os novos compradores, que, infelizmente, nunca vi, teria dificuldade em defender estes números.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Não deixa de ser estranho que, existindo o pressuposto ou a vontade de que a administração se

mantivesse, e essa vontade tenha sido manifestada por quem chega e não por quem sai, não tenha havido nunca o mais pequeno contacto entre a administração da Escom e os potenciais ou iminentes compradores. Isso nunca aconteceu.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sabe, se é que sabe, se a Sonangol...

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Nem sei se os iminentes compradores queriam que a gente ficasse. Hoje em dia, não faço a menor ideia. Se calhar, foi uma história que montaram.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sabe se a Sonangol pagou 100 milhões de euros de sinal?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — 100?!

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Não sabe de nenhum valor, entretanto, pago?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não, não! O que eu ouvi dizer, tanto como o senhor ouviu, foi que a Newbrook pagou 85 milhões de dólares de sinal.

O Sr. **Presidente**: — Onde é que ouviu dizer?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Na empresa.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sabe o que é a empresa Aroundimpact?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não faço a menor ideia. Já ouvi falar e achei o nome muito engraçado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Para terminar, queria aproveitar a sua presença para lhe colocar uma outra pergunta que tem a ver com o seguinte: como é lógico, esta Comissão não começou ontem, esta Comissão já leva centenas de horas de audições, onde foram ouvidas muitas pessoas, onde se falou de muita coisa e onde foram referidos muitos atos, alguns dos quais relacionados com o senhor, nomeadamente no âmbito da própria Escom.

De facto, durante essas audições, muitas pessoas, de repente, foram atacadas de alguma amnésia, muitas pessoas «sacudiram a água do capote», muitas pessoas deram explicações difíceis de perceber, mas, com base nos seus conhecimentos — e leva já 25 anos de GES —, sem lhe fazer nenhuma pergunta específica, peço-lhe que, face àquilo que ouviu até hoje, nesta Comissão — e eu quero crer que tem estado atento aos trabalhos da Comissão —, nos diga se tem alguma correção a fazer a alguma coisa que tenha aqui sido dita de uma forma muito clara e que não corresponda à verdade ou que careça de melhor explicitação.

É uma oportunidade muito importante para nós que alguém que esteve na Escom desde o início possa corrigir algo que tenha sido aqui dito de forma incorreta e nos ajude a perceber o que aconteceu.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sr. Deputado, vejo sempre os trabalhos desta Comissão, a não ser quando joga o Benfica.

Risos.

Nesse caso, prefiro ver os jogos do Benfica. De resto, repito, vejo os trabalhos desta Comissão. Não vejo assim tanto como o Sr. Deputado pensa que eu vejo, mas vejo.

O que eu acho é que seria muita presunção da minha parte estar a corrigir coisas que tenham ou não ido aqui ditas. Cada um tem as suas convicções.

Vou ser atacadíssimo por causa disto, as pessoas vão deixar de me falar, vão insultar-me, etc., mas a minha convicção profunda é a seguinte: diz-se que o Dr. Ricardo Salgado é o «dono disto tudo, que é o «responsável disto tudo», é tudo o que o senhor quiser, mas uma das provas que tenho é a de que se as pessoas que estão, ou estiveram, à volta dele não pecarem permanentemente por omissão e tiverem a coragem de enfrentá-lo expondo alguns pontos de vista diferentes, ele é capaz de ouvir.

Tivemos grandes conversas e até grandes discordâncias em relação ao prémio dos submarinos, mas ele entendeu a nossa argumentação porque, pura e simplesmente, tinha havido o compromisso de que quem trouxesse o negócio era contemplado como se fosse administrador da Escom e ele entendeu e assim acedeu. Passados nove anos, esqueceu-se desse pormenor, mas esse é um problema que se ultrapassa.

Portanto, quando eu oiço as pessoas dizerem que não sabiam de nada — e eu acredito que não soubessem de nada —, não é porque ele não quisesse que as pessoas não soubessem de nada, é porque, pura e simplesmente, qualquer coisa... Aliás, eu conheço o processo decisório dos acionistas dentro do Grupo Espírito Santo, portanto a área não financeira, que não era da responsabilidade do Dr. Ricardo Salgado, e de cada vez que eu ia expor um problema qualquer diziam-me: «O melhor é falares com o Ricardo, porque eu não sei muito disso.». Ou seja, o homem habituou-se a tomar as decisões sobre tudo, porque ninguém as tomava.

Portanto, isto é como a história do ovo e da galinha. Eu não sei se ele desenvolveu esta atividade magnânima por omissão dos seus pares ou porque, pura e simplesmente, ele sempre teve. Acho que é uma mistura das duas. Agora, realmente, qualquer coisa que fosse um bocadinho mais complicada, que ninguém queria conversar sobre isso, ninguém queria. Diziam: «O melhor é falares com o Ricardo.»

Isto aconteceu, acontece e esta é uma crítica construtiva que eu faço em relação às coisas que tenho ouvido aqui, ou seja, há muita omissão por parte das pessoas que lhe poderiam ter feito frente para que as coisas chegassem a esse ponto, acho eu.

Por outro lado, não vejo ninguém que tivesse tanta capacidade, sobretudo, de trabalho para resolver problemas como ele. E digo-lhe uma coisa: eu tenho com ele uma relação de alguma admiração e de profunda desilusão, porque acho que isto foi ao charco — e era um Grupo no qual cresci desde os 23 anos — embora eu não saiba de quem é a culpa, aliás, se calhar, a culpa é todos, mas acho muito difícil, muito difícil, a culpa ser de um só.

É esta a interpretação que faço do que tenho ouvido aqui dizer.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Não resisto a perguntar-lhe o seguinte: nós estamos aqui a falar, na maior parte dos casos, e também no seu caso, de gestores de topo, de pessoas habituadas a lidar com grandes responsabilidades, com muito dinheiro e a tomar decisões importantes todos os dias.

Disse há pouco que, relativamente à rescisão com o consórcio alemão, a certa altura, não gostou do caminho que as coisas estavam a levar e das soluções agilizadas que eles estavam a propor e por isso rescindiram o contrato.

Em relação ao bónus, adiantamento, remuneração, seja o que for, entregue aos membros do conselho superior, pergunto se, em momento algum, sentindo que estamos aqui claramente a ultrapassar aquela que era a normalidade de um procedimento que um corpo acionista ordena ao conselho de administração — e não era, sequer, corpo acionista — e a própria fórmula montada para transferir o dinheiro, isto não lhe provocou resistência, não teve a preocupação de pedir uma ata, se não teve a preocupação de pedir uma ata, se não teve a preocupação de pedir um documento escrito. Ou seja, se não teve a preocupação de salvaguardar um bocadinho esta posição para que amanhã não dissessem que o senhor seria um ator ativo na construção desta solução, que, claramente e no mínimo, era uma solução irregular.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Eu tive oportunidade de, causando alguma ciúmeira ao Sr. Deputado, responder isso aos jornais e digo-lhe, com toda a sinceridade, que, se fosse hoje, eu não teria feito assim.

Mas as decisões têm data e acho muito difícil estar hoje, com o que sei, a analisar coisas que fizemos em 2004 e tenho de pedir desculpa a várias pessoas, porque se fosse hoje eu não teria feito assim.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Luís Horta e Costa, provavelmente repetirei algumas perguntas. Estive também ausente durante alguns períodos porque estava a desempenhar outras funções, mas conto com a sua paciência e espírito de colaboração para me esclarecer relativamente àquilo que eu possa estar a repetir.

A minha primeira pergunta, que, acho, é básica, tem a ver com o motivo que leva a suspeitas e a algum espanto no caso dos submarinos. Por que é que o consórcio alemão paga 30 ou 27 milhões a uma empresa que simplesmente presta um serviço de facilitador de relações e desestruturador de negócio? Estes 30 milhões são ou não são um pagamento desajustado relativamente ao pagamento que seria normal por esse serviço? Ou é um valor de mercado perfeitamente normal por um serviço perfeitamente normal?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sr.^a Deputada, eu tive ocasião de responder a um seu colega do mesmo partido, que prezo muito, o Deputado João Semedo, que se eu pudesse eu tinha pedido mais.

A única coisa que eu gostava de esclarecer à Sr.^a Deputada é o seguinte: primeiro, nós não éramos um facilitador de negócios. É tudo muito fácil quando as coisas aparecem feitas.

Em 1996 — e não sei se a Sr.^a Deputada já andava ou não na escola —, ninguém sabia neste País o que eram contrapartidas. Nós estávamos habituados a que as contrapartidas... Aliás, as últimas contrapartidas que foram feitas penso que foram no tempo do Dr. Fernando Nogueira, sobre as fragatas ou uma coisa qualquer, eram loiças das Caldas e da Marinha Grande,

das boas, e *T-shirts* do Vale do Ave. Depois, quando acabava o projeto, as pessoas iam-se embora e as fábricas ficavam, outra vez, às moscas. Não havia nenhuma evolução tecnológica nesse aspeto.

Portanto, tivemos o cuidado de investigar como é que se faziam contrapartidas lá fora em 1996, 1997, 1998 e essa operação foi custosa. Foi, portanto, muito fácil termos a noção de que não havia — e já tive oportunidade de falar sobre isso — uma comissão permanente de contrapartidas, nunca houve. Normalmente, os fornecedores de equipamento militar têm de lidar com uma comissão permanente de contrapartidas, coisa que nunca existiu neste País. Primeiro, não era uma comissão permanente e, depois, por mais boa vontade que houvesse dos vários governos, não era de contrapartidas porque não entendia de contrapartidas.

Portanto, tivemos um trabalho de pesquisa bastante grande, não sei se bem ou mal sucedido, foi à nossa maneira, foi a pesquisa que conseguimos fazer, mas, de facto, investimos muito nessa parte do *research* e, quando chegámos ao ano 2000/2002, tínhamos um *know-how* bastante superior ao que era o normal neste País, sendo que, inclusive, tivemos oportunidade de subcontratar a INTELI, que foi uma unidade muito importante e que nos ajudou bastante na estruturação de todo esse projeto.

Se é normal ou não, o que lhe posso dizer é que há uma percentagem sobre o valor do projeto que, normalmente, é paga. Nós negociámos, o consórcio aceitou, achou que o nosso trabalho valia e a única coisa que eu não gosto é que lhe chamem «luvas». De resto, é um contrato e que é um ótimo contrato, é.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É que quando me disse que se pudesse pedir mais pedia vale também para o outro lado, isto é, se pudesse pagar menos pagava,...

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Com certeza!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... e por isso é que é estranho.

Disse-me há pouco que o negócio aparece pela mão do seu irmão Miguel Horta e Costa e que, por isso, ele foi o promotor deste negócio. Não sei se percebi bem ou não. Como é que ele conhece o negócio e a oportunidade de compra de material?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Acho que a única coisa que o Miguel Horta e Costa gosta de fazer, e sempre fez, é pesquisar material militar e indústria militar de defesa, ele sempre foi um *expert* que perdeu horas e horas da sua vida a pesquisar tudo isso.

Ele estava numa empresa que não tinha nada a ver com isso, fazia assistência a motores Honda fora de borda, e nós resolvemos pedir autorização à empresa onde ele estava para vir trabalhar connosco como consultor, porque ele achava que tinha possibilidade de levar o seu trabalho a bom porto, investindo nós em toda a a pesquisa que ele necessitava de fazer, e foi isso que fizemos. Mas era ele que era o entendido nessas matérias.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas isso foi feito com a perspectiva de negócio de compra de material militar por Portugal ou foi feito genericamente e, quando houvesse um negócio, logo se via, a Escom já estaria preparada para entrar?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Acho que foi muito mais feito genericamente para quando houvesse um negócio, até porque o negócio começou por uma coisa completamente diferente, que era a participação da

Thyssen em algumas obras. Foi assim que conhecemos o consórcio alemão, não foi através da MAN Ferrostaal mas através da Thyssen, depois foi através de uma empresa que era a Hochtief, uma grande construtora alemã, e só depois é que fomos parar na MAN Ferrostaal, porque era um grupo muito próximo.

O Miguel tinha a capacidade de poder desenvolver várias áreas de negócio que pudessem, mais tarde ou mais cedo, ser interessantes para nós. Revelou-se interessante e como mais provável, uma vez que ele tinha a informação de que os submarinos que tínhamos e que eram aqueles velhinhos que estavam a acabar o prazo de existência o Estado português, mais tarde ou mais cedo, teria de olhar para esse projeto, e foi nisso que enfiou a cabeça. Ele andou variadíssimos anos a pesquisar o que havia de material militar — material inglês, material usado inglês, material francês não sei o quê, alemão não sei que mais... — e chegou à conclusão de que o produto alemão talvez fosse o mais adequado para as necessidades da Marinha portuguesa.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, é a Escom que propõe aos alemães a possibilidade de participarem no concurso ou são os alemães que contactam a Escom?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Os alemães sabiam perfeitamente que isso ia acontecer. Os alemães propõem utilizar a plataforma de pesquisa de contrapartidas da Escom para levarem a bom porto a sua participação na venda do projeto dos submarinos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Uma vez que a Escom era uma empresa que tinha a sua atividade em Angola, na sua maioria, como é que se

convence um consórcio alemão de que a Escom é a empresa com melhores relações em Portugal? Alguma vez o nome do Grupo Espírito Santo ou do BES é usado como arma de alavancagem, como arma argumentativa com conhecimento da economia portuguesa?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — É. Aliás, foi reconhecido isso mesmo pelo Dr. Ricardo Salgado ao dizer: «nunca mais nos metemos num negócio desses, porque isso é fatal para a nossa reputação». Ele confessou e sabia perfeitamente que estávamos a envolver-nos nesse negócio e ao BES também interessava toda a parte de tentar fazer o financiamento desse projeto.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Segunda questão: a entrada do BES para fazer o financiamento do projeto é concertada num negócio como um todo? Quando se pensa o negócio, pensa-se o negócio juntamente com o BES?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não. Quer dizer, como financiamento não. A única coisa que eu tinha era a intenção de, se necessário, contactar o BES Investimento, não o BES. Nunca pensei na parte de financiamento do equipamento militar. Pelos vistos, o BES é que tinha esse objetivo, eu não tinha esse objetivo. Aliás, se não me engano, havia dois consórcios, na altura, e houve um concurso qualquer e parece que o BES ganhou, ou o Crédit Suisse ou o Deutsche Bank. Foi uma coisa qualquer assim. Mas não foi parte da proposta, não teve nada a ver com a proposta, nem com o trabalho da Escom.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando a Escom recebe o dinheiro do consórcio alemão, a informação que temos é a de que — porque esse dinheiro só viria depois — é o BES que empresta à Escom em duas *tranches* diferentes, faz um adiantamento à Escom do dinheiro que, depois, viria a receber do consórcio alemão. Confirma esta informação?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Confirmo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Por que é que houve necessidade de o BES adiantar essa quantia bastante elevada de dinheiro?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Porque era a maneira de distribuirmos mais rapidamente aos membros, às pessoas que, no fundo, queriam receber, àqueles de que todos já falámos aqui. Nós fizemos um desconto a valor presente do contrato, pagámos juros sobre isso e pudemos dispor do montante.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Em que momento é que se decide que pagar... Não sei quanto é que pagaram de juros por esses empréstimos.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Da mesma maneira que vendemos as torres da Escom a valor presente a Sr.^a Deputada pega num contrato cujo tomador é sério, que é o German Submarine Consortium, e, portanto, é bom para prestar crédito, e desconta o contrato, recebe o dinheiro a valor presente, paga um valor sobre o juro de antecipação do pagamento e, depois, utiliza o dinheiro conforme entender.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quanto tempo é que demoraria até chegar o dinheiro dos alemães?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — O dinheiro dos alemães era pago em prestações, à medida que fossem entregues... Havia vários *milestones* que era preciso cumprir para os alemães irem pagando o contrato.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, os membros do conselho superior ou, neste caso, Ricardo Salgado tinham pressa no recebimento do dinheiro, sendo que, fazendo um empréstimo do BES, ganhavam por duas vias: ganhavam os juros para o BES e ganhavam imediatamente as suas respetivas participações no negócio.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Nunca vi isso por esse prisma, mas também se pode ver por aí. No entanto, não acredito que os membros do conselho superior estivessem a pensar em ganhar os juros de um lado e os prémios do outro, mas...

O que fizemos foi, pura e simplesmente, propor uma antecipação do pagamento do contrato e, depois, distribuímos o dinheiro conforme estava pré-combinado com o conselho superior ou, neste caso, com o Dr. Ricardo Salgado.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pré-combinado em que momento?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Quando os alemães ganharam o concurso. Não sei precisar em que momento, se foi num domingo, se foi num

sábado, se foi... Sei que foi uma conversa que tivemos, dura e complicada, mas em que ele acedeu às nossas argumentações.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas por que é que Ricardo Salgado achou que os membros do conselho superior tinham direito a 1 milhão cada um? Quem está no meio empresarial sabe que uma empresa faz os seus negócios, ganha os seus lucros e distribui dividendos. Mas distribui dividendos, não paga contribuições sem um carácter jurídico normal por serviço nenhum, porque aqueles membros do conselho superior não fizeram qualquer serviço a não ser deter a Escom. Não é assim que as coisas funcionam.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Para eles é!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas já era assim antes? Tem conhecimento de ter sido assim noutras alturas com outras empresas? Quer dizer, há um bom negócio, paga taxa! Isto é um bocado feudal!

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não. O que eu acho é que a maneira como o Grupo Espírito Santo olhava para certas empresas era um bocadinho... Devo dizer-lhe que, por exemplo, o Grupo Espírito Santo tinha um sócio minoritário na Escom. Duvido que alguma vez o Grupo Espírito Santo se tenha lembrado que o Hélder Bataglia era sócio minoritário da Escom. Para eles, a Escom era deles! Era assim que eles tratavam a Escom, era como se fosse deles.

Por que é que ele se sentiu no direito? Sr.^a Deputada, ele esteve aqui, pergunte-lhe por que é que ele se sentiu no direito de receber 5 milhões dos prémios. Mas sentiu-se e ainda se queixou, pelos vistos, nove anos depois.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — De facto, é um bocadinho estranho.

Voltando atrás, essas comissões que são pagas a várias pessoas no valor de milhões de euros, coisa que continua a ser pouco normal, diga-se o que se disser, têm uma rede complexa de *offshore* que serve claramente para não pagar impostos. Essa era uma prática habitual nos negócios do GES ou foi uma vez? Estou a perguntar-lhe, embora saiba a resposta.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Então, se calhar, pode ajudar-me, porque eu não sei qual era a prática habitual.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Era usar *offshore* para fugir aos impostos.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Então, essa resposta está dada.

No caso da Escom, não. Repare numa coisa, Sr.^a Deputada: a Escom tinha uma atividade fora de Portugal. Portanto, não havia muitas razões para não ter atividades *offshore* porque em Portugal praticamente não tinha atividade.

No caso dos famigerados submarinos, tive oportunidade de dizer que foi nitidamente com o objetivo de dificultar a distribuição do dinheiro ou que se soubesse para onde tinha ido o dinheiro e — eu disse de uma maneira muito simpática aos órgãos de informação — aproveitar melhores dias para trazer o dinheiro para Portugal, coisa que foi aproveitada pela elaboração do RERT de 2004.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Há sempre a garantia de um RERT no futuro para a gente poder fazer o que quiser, hoje.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Desculpe, Sr.^a Deputada, não ouvi.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Estou a dizer que a questão dos RERT, como sabemos que vai haver um no futuro, cria um problema de desresponsabilização, hoje. Mas não é uma pergunta.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sr.^a Deputada, em 2004, quando formulámos essa estrutura complexa, não tínhamos ideia de que ia haver um RERT, senão não tínhamos gasto a fortuna que gastámos para fazer a elaboração de uma montagem financeira tão complexa. Esperávamos só um aninho, e pronto!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não é essa a questão. Isso acontece depois.

Disse que o objetivo era que não se percebesse para onde é que o dinheiro ia. Mas se este era um contrato absolutamente normal, se era um serviço absolutamente normal, uma comissão absolutamente normal e se não havia nada de mal em toda a gente receber tanto dinheiro, por que é que havia necessidade de esconder o seu destino?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Impostos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Apenas impostos?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Impostos e a parte do conselho superior.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E por que é que queriam esconder a parte do conselho superior? Eram acionistas...

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Penso que o conselho superior sempre teve um problema qualquer do ponto de vista reputacional, porque se achassem que isto podia ter vindo dos submarinos, como podia vir de uma fábrica de chocolates que tivéssemos vendido no Congo, não vinha daí mal ao mundo. Não entendo. Mas esse era um cuidado que eles tinham e que compreendo como um certo recato, digamos assim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quem é que engendrou todo este esquema financeiro? Quem é que se lembrou dele? Quem é que o planeou? Quem é que o acompanhou? Porque isto deve dar trabalho.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Mas a gente trabalha.

Quem engendrou? Acho que fomos todos um bocadinho. Acho que tivemos uns ótimos advogados no Brasil, tivemos uns ótimos consultores financeiros no Brasil e tivemos cá, em Portugal, também os administradores da Escom que deram algum contributo para que isso fosse possível.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Houve participação do BES, de quadros do BES, de Ricardo Salgado neste esquema?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando estas contas são criadas e parte delas passa pelo UBS, em nenhum momento, estas contas estão

ligadas a dois senhores, um chamado Canals e outro chamado Figueiredo, que geriam as contas de Ricardo Salgado no UBS e que, entretanto, vieram a abrir a Akoya Asset Management? Não foram estes os interlocutores: Canals e Figueiredo?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não, não. Nem os conhecíamos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas conhece a Akoya Asset Management?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Ouvi falar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Nunca foi cliente da Akoya?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não fui, não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Conhece a advogada Ana Bruno?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Conheço.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Uma das informações que tenho, acho que foi dada por si e, por isso, gostaria que me esclarecesse e confirmasse, é que há uma parte deste pagamento dos alemães que vai para uma conta *offshore* do BES Madeira e daí saem vários pagamentos, sendo que um deles, de 1207 milhões, terá sido para si ou para uma conta chamada Maxellis — não sei se é ou não, é a informação que tenho —, e houve uma parte desse dinheiro que não chegou a ser declarada no RERT. Confirma esta informação?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Essa Maxellis não deve ter nada a ver comigo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, chamemos-lhe outro nome. Mas recebeu 1207 milhões através do *offshore* da Madeira que vieram destes 27 ou 30 milhões?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Talvez. Agora não me lembro exatamente de onde é que veio, mas talvez tenha sido. Não lhe posso dizer nem que sim, nem que não. Mas a Sr.^a Deputada tinha-me perguntado pela Akoya.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E disse-me que não era cliente. Portanto, passei à pergunta seguinte.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Ah, está bem, está bem. Pensei que isso era ainda no âmbito da Akoya.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Como me disse que não tinha ligação, assumi que não tinha.

Só queria perceber se está correta a informação que tenho de que dentro do dinheiro que não é declarado há uma parte que vai para uma Shenda Investment Corporation, cuja representante é a advogada Ana Bruno.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Isso não deve ter nada a ver comigo, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Só estou a perguntar. Não sei! Então, nunca teve negócios com a advogada Ana Bruno nem conhece as ligações?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — A Ana Bruno foi minha advogada, das minhas coisas pessoais, mas nunca fizemos negócios para além da relação cliente/advogado. Aliás, com todo o respeito que tenho pela Dr.^a Ana Bruno e pelo trabalho fantástico que ela faz, no momento em que eu percebi que a Dr.^a Ana Bruno também fazia negócios não só de advocacia saí do escritório. Isto não por ter alguma crítica especial, mas penso que a relação entre cliente e advogado deve cingir-se apenas a isso mesmo e não a outras coisas.

Portanto, hoje em dia, já não sou cliente da advogada Ana Bruno, embora ache que ela é uma excelente advogada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Deve ser, porque ela, de facto, trabalhou com toda a gente envolvida no caso Espírito Santo!

Coloco-lhe outra pergunta: qual é a real situação financeira da Escom à data da venda? Lembro-me de olhar para um *statement* financeiro, uma declaração de contas da Escom, e ter dúvida sobre se isso foi antes ou depois da separação entre a Escom boa e a Escom má, que era a Legacy. E também me lembro que a Escom estava com uma situação financeira muito desequilibrada, ou seja, tinha um passivo bastante superior ao ativo — mesmo bastante superior ao ativo, mas não sei os números de cabeça —, o que fez com que eu achasse estranho o facto de ela ter sido avaliada em 800 milhões de dólares, ou coisa parecida.

Qual era, de facto, a situação financeira da Escom antes e depois da separação da Legacy?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sr.^a Deputada, tenho de contextualizar isso, porque acho que é importante. E, mais uma vez, para não «sacudir a água do capote».

O que é que acontece? Em 2007/2008, quando constituímos a Escom BV... Muito rapidamente: a Escom Investments Group, que era a Escom antiga, que tinha coisas boas, menos boas e más, constitui uma sociedade na Holanda que se chama Escom BV — a Escom holandesa, portanto — e o que é que ela faz? A Escom Investments Group fica com os ativos que nós considerávamos que não tinham grande possibilidade de serem desenvolvidos com sucesso, fica com dívida e o que passa para a Escom BV, a Escom holandesa, são os ativos em relação aos quais considerávamos ser possível arranjar interessados, investidores, para que pudéssemos desenvolver o *pipeline* desses ativos de modo a que o resultado da atividade da Escom BV fosse não só para remunerar a Escom BV como para ir amortizando o passivo da Escom Investments Group. Esta era a ideia do *management*.

Nós não fomos bem-sucedidos no primeiro *roadshow* e o *roadshow* da Rioforte também não foi bem-sucedido face a grandes dificuldades do mercado internacional nessa época e o que acontece é que, a certa altura, e com todo o direito, não vou discutir isso, os acionistas apoderaram-se da negociação da Escom BV.

Portanto, aqueles que eram os objetivos da administração de pegar nos resultados da Escom BV para resolver o passivo de toda a Escom passaram a ser objetivos ligeiramente diferentes dos acionistas, com o resultado da venda da Escom BV à Sonangol e do aumento de capital do BES, penso eu, e, aliás, o Dr. Ricardo Salgado disse isso várias vezes em público.

Portanto, a nossa estratégia caiu um pouco pela base.

Na altura do negócio, a dívida da Escom Investments Group, mais tarde denominada Legacy, era de 300 milhões e a da Escom BV era de trezentos e poucos. Se não me engano, eram seiscentos e poucos milhões.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas a Escom BV, na altura em que é dada como vendida à Sonangol, valia ou não valia os 800 milhões de dólares, ou coisa parecida, do contrato?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — A avaliação diz que a Escom tinha de valor seiscentos e tal milhões e o comprador tinha de assumir o passivo.

Portanto, se o comprador Sonangol pagasse seiscentos e tal milhões pela Escom BV e assumisse o passivo, a empresa valeria na sua totalidade novecentos e tal milhões, o que para nós não valia.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O comprador estava perfeitamente consciente da situação financeira da Escom BV?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não faço a menor ideia, Sr.^a Deputada. Sei lá o que é que passa pela cabeça da Sonangol para querer comprar a Escom, aceitando uma avaliação do BES Investimento e não fazendo as perguntas que teria de ter feito antes, acabando só por fazê-las depois!

Eu assino um contrato de aquisição porque estou de acordo com o contrato de aquisição, estou de acordo em pagar 15%, estou de acordo em pagar os 85% um mês ou dois ou três depois e só depois é que vou dizer: «Eh, pá, mas, se calhar, isto não vale!»? Normalmente, essas perguntas fazem-se antes, ou seja, há uma coisa que se chama *due diligence*, que é feita antes de se assinar qualquer contrato de aquisição.

Portanto, eu não sei o que é que aconteceu, não sei por que é que isto aconteceu assim, nem consigo perceber. Chamo, mais uma vez, a atenção para o facto de nós não termos sido ouvidos nem achados tanto na avaliação como na negociação da venda da Escom. Nunca estive presente numa reunião em que estivesse em causa acionistas a venderem a Escom a outros potenciais clientes. Nunca estive presente. Tenho imensa pena, mas nunca estive presente.

Sr.^a Deputada, é um mistério. Tem toda a razão em ficar com essa cara. É um mistério!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A Legacy foi vendida à Vaningo — já nos disse que não sabe muito desse negócio — por 3 €. Por sua vez, a Legacy tinha herdado a dívida à Escom que era dívida que o BES tinha emprestado à Escom, portanto era uma empresa que tinha dívida no seu passivo, tinha uma situação financeira desequilibrada, e foi vendida à Vaningo porque, sendo vendida à Vaningo, conseguia beneficiar de uma garantia do BESA, que, por sua vez, beneficiava de uma garantia de Angola.

A pergunta que coloco é a saber se quem comprou a Vaningo foi Álvaro Sobrinho.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não faço a menor ideia, Sr.^a Deputada. Até hoje, não faço a menor ideia. E está a dar-me uma novidade, porque não sabia que a Legacy tinha sido vendida por 3 dólares, ou por 3 euros, ou por 3 não sei quê.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sim.

Pergunto-lhe também se sabe que quem comprou as torres Sky foi Álvaro Sobrinho. Ou seja, das três sociedades que compraram as torres Sky, sabe se o verdadeiro titular dessas contas é Álvaro Sobrinho?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não faço a menor ideia. Ouço dizer que sim, mas tenho algumas dúvidas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Também não tem nenhuma ideia do facto de as torres Sky nunca terem sido pagas? Disse há pouco que parecia ser uma retaliação ou o resultado de algum desentendimento entre o comprador e o BES, o que não seria estranho, mas que Sobrinho...

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — BESA.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — BESA ou BES?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — BESA. Foi o BESA, tanto quanto sabemos, que financiou essas sociedades.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Segundo sabemos, até financiou bastante mais do que o dinheiro que foi gasto para as comprar.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Se calhar, sei menos que a Sr.^a Deputada. Só sei pelo que leio no jornal.

Sr.^a Deputada, só para lhe dar uma ilustração da minha presença na Escom e sem querer, mais uma vez, desresponsabilizar-me, acho que fui ao BESA, enquanto administrador da Escom, três ou quatro vezes na minha vida inteira.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não sabe, nem por conversas com Hélder Bataglia, qual é a razão do desentendimento entre Sobrinho e Salgado?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Isso é uma novela. Sei através de conversas, de desabafos, de estados de alma, isso sei. Quer dizer, sei tanto quanto a Sr.^a Deputada sabe.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É que eu não sei.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Houve desabafos do género «este fez-me isto», «este fez-me aquilo», «aquele tirou-me o tapete», «o outro pôs-me o tapete»... Sr.^a Deputada, são aquelas coisas normais. Não faço a menor ideia do que aconteceu.

Sei que houve uma grande esperança da parte do BES na gestão do Dr. Álvaro Sobrinho, mas não sei o que é que aconteceu para que essa esperança e essa confiança tenham desaparecido. Não faço a menor ideia se aquelas histórias sobre se o outro fez empréstimos sem nenhum tipo de garantias são verdadeiras ou não.

Acho que há pessoas no BESA que terão oportunidade de explicar à Sr.^a Deputada melhor do que ninguém o que realmente se passou. A única coisa que eu sei foi através de conversas de corredor, quem é que disse o quê, o que é que o outro fez, o que é que este fez... Depois, parecem amigos, mas, afinal, já não são amigos e há o outro que entra em casa do outro e ameaça que lhe bate... Enfim, aquelas coisas. É isso que eu sei, mas acho que não tem muito interesse para esta Comissão de Inquérito.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Isto é mais sociológico do que pensa.

Sabe dizer-me em que momento é que os acionistas do BESA, sendo que Hélder Bataglia também era um, começaram a ficar descontentes com a gestão de Álvaro Sobrinho relativamente à política de crédito, entre outras coisas?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — O Hélder Bataglia era acionista do BESA?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não, tinha relações com os acionistas do BESA, era próximo do BESA. Acho mesmo que era... Agora duvidei da minha própria informação, mas...

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — O Hélder Bataglia tinha uma posição no BESA que vendeu a Álvaro Sobrinho há uns anos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, é isso.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Acho que sim.

Desculpe, Sr.^a Deputada, pode repetir a pergunta?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando é que os acionistas do BESA, isto é, os vários «generais» que tinham posições de peso no BESA, ficaram descontentes com Sobrinho?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não sei se isso é verdade. Não lhe posso afirmar isso. Tanto dizem que ficam descontentes com o Sobrinho, como

dizem que gostam muito do Sobrinho e ficam descontentes com o Dr. Ricardo Salgado, como à segunda-feira dizem que um é amigo de um e é amigo do outro. Não faço a menor ideia, mas essas são coisas muito difíceis de interpretar, é um *know-how* angolano que eu não consigo decifrar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando há pouco falou dos empréstimos do BESA, disse qualquer coisa como «éramos os únicos que tinham garantias reais», nós, Escom. Referia-se ao facto de os outros empréstimos que o BESA fez, ou outras empresas a quem o BESA emprestou dinheiro, não terem garantias reais?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — O que lhe digo é aquilo que ouço dizer é que havia muitos empréstimos sem qualquer tipo de garantia. Sei que os nossos tinham.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas disse que eram os únicos.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Então, exagerei. Estava a querer pôr-me em bicos dos pés.

Mas o BESA era muito exigente em relação à concessão de crédito à Escom, sobretudo no que respeita à prestação de garantias. Além disso, grande parte da dívida que ainda temos hoje em dia no BESA está coberta com garantias.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Há uma versão inicial que dá conta de que as torres Sky — que, entretanto, voltaram à Escom e foram vendidas a três sociedades que se imagina que sejam de Sobrinho, mas ninguém sabe muito bem — terão passado pelas mãos de José Guilherme,

que as terá comprado com crédito BESA e revendido com lucro. Tem algum conhecimento desta informação?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Tem conhecimento de José Guilherme ser um grande cliente do...

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sr.^a Deputada, em relação às torres Sky, nunca ouvi dizer que elas tivessem passado alguma vez pelas mãos do Sr. José Guilherme. E seria difícil elas passarem sem nós termos conhecimento.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E nunca tiveram negócios com o construtor José Guilherme?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Nós, Escom? Tivemos no Soyo, mas não correu muito bem, penso eu.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas por indicação de Ricardo Salgado ou porque...

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Repare numa coisa: o construtor José Guilherme era uma pessoa muito ativa na área imobiliária, era uma pessoa que percebia muito de imobiliária.

Acho que, em relação a nós, que também éramos da área imobiliária e que tínhamos uma área imobiliária muito grande, ele tinha algumas vantagens, primeiro, porque tinha mais *know-how*, depois porque tinha

grandes contactos no terreno em Angola e, depois, ainda porque talvez tivesse mais acesso a crédito do que nós tínhamos.

Portanto, havia alguns projetos que o Sr. José Guilherme desenvolvia, nomeadamente no Soyo, que eram interessantes para nós. Estou a lembrar-me de um, no qual nos convidou a participar com uma participação minoritária, mas depois isso não foi para a frente.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Porquê?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Porque era muito difícil, implicava muita documentação, nós éramos uma empresa auditada e tínhamos que... E se a Sr.^a Deputada me pergunta: «mas, então, a participação no negócio no Soyo é um ativo?», respondo-lhe que, para ser um ativo, eu tenho de ter um contrato em que digo que tenho 25% daquilo. Só que, depois, os contratos nunca aparecem, demoram muito tempo, ninguém assina... Por isso, nós afastámo-nos um pouquinho desse processo de associação com outros parceiros — e não só com o Sr. José Guilherme mas também com outros parceiros.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas o problema era do parceiro José Guilherme, do seu *modus operandi*, ou era o problema de...

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Acho que o Sr. José Guilherme tem um *modus operandi* fantástico, porque ele tem um sucesso enorme. O nosso *modus operandi* é que deve estar errado. Mas não é o nosso; é que nós tínhamos muitos controlos, muitas auditorias, muitas exigências. Aliás, quando fizemos o *roadshow*, em 2007, tivemos visitas de investidores internacionais a Angola que exigiam saber, ao pormenor, quais eram os

valores dos ativos e quem participava e quem não participava, e há documentação que tem de ser apresentada.

O Sr. **Presidente**: — Queira terminar, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Para terminar, gostava de voltar atrás, à questão do José Guilherme, porque há muitas informações e notícias que dizem que o José Guilherme terá comprado estas torres (não sei em que altura foram construídas e não tenho informação sobre isso, mas está referido em várias notícias), numa altura, por um valor mais baixo e revendido, entretanto, não sei se à Escom, por um valor bastante mais alto, ou, pelo menos, uma parcela das torres.

Ora, apelando ao seu conhecimento e memória, pergunto: não tem nenhum conhecimento do envolvimento do construtor José Guilherme no negócio das torres da Escom, seja por ele ou por interposta pessoa, ou por um veículo, ou por uma sociedade, ou seja lá como for?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Do construtor José Guilherme, não tenho.

Se houve algum veículo ou sociedade do BES ou da Rioforte que alguma vez... Tenho de verificar, mas não tenho a ideia de ter havido alguma intervenção da Rioforte ou de algum veículo na compra de uma participação nas torres Sky.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, vou fazer uma última pergunta que talvez dispense a segunda ronda e que tem a ver com o

seguinte: parte do dinheiro que vem do consórcio alemão passa por um fundo no Brasil, segundo sei.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sabe dizer-me o nome do fundo pelo qual passa no Brasil ou das sociedades...

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Felltree.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Esse é do Brasil?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — É. Quer dizer, não é do Brasil. Foi feito no Brasil, mas tinha sede no Panamá.

O Sr. **Presidente**: — Vou, agora, dar a palavra ao «terceiro homem». Sr. Deputado José Magalhães, faça favor.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Neste caso, sou mesmo o último.

Sr. Presidente, a minha tarefa como último Deputado a intervir e «terceiro homem» seria muito fácil, porque esta audição distinguiu-se da feita no quadro do inquérito aos submarinos.

No entanto, devo dizer que se distinguiu, diria, para pior, porque na outra audição havia BES, havia GES e havia um arguido; aqui, já não há BES, já não há GES, já não há um arguido (quase já não há, uma vez que ainda pode ser requerida a instrução).

E quando comparou a ação da Escom no negócio dos submarinos com o Sudoku, realmente foi uma boa ideia, porque foi, de facto, uma charada...

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Eu?! Mas eu não comparei ao...

O Sr. **José Magalhães (PS)**: — Não?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não.

O Sr. **José Magalhães (PS)**: — Absolutamente não?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não, não.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Luís Horta e Costa explicará depois.

O Sr. **José Magalhães (PS)**: — Sim, depois explicará.

É que criaram, de facto, uma charada. O senhor aludiu expressamente a que tinham criado uma cortina de fumo — o que é, no mínimo... — a que, a seguir, tinham construído uma solução de elevada elaboração financeira e acrescentou, por último, em resposta a uma pergunta de um colega meu, que isso foi feito com o conhecimento e intervenção direta do Dr. Ricardo Salgado, que, quando era persuadido por uma voz forte, aceitava as soluções e ouvia quem as propunha, tendo a coragem para discordar, no caso concreto.

Ora, foi exactamente isto que fizeram: construíram uma charada — chamem-lhe o que quiserem — e essa charada tolheu durante anos os investigadores, que não conseguiam, de facto, como ninguém consegue, e isso não lhes pode ser levado a mal, decifrar as carambolas, a gincana infernal que os senhores inventaram para tornar impossível a perceção do negócio.

Ou seja, quando fazem o empréstimo na conta que nós sabemos — e que, aliás, descrevi no Plenário da Assembleia no dia 17 de outubro —, ou seja, no BES *offshore* da Madeira e, no mesmo dia, chega uma *tranche* de 8,5 milhões de euros para uma conta da Afrexport, sabem bem que chegar ao *offshore* da Madeira é razoavelmente fácil, mas que, depois, a penetração na segunda transmissão, na terceira transmissão, na quarta transmissão, não é.

Ora, o que começava por pedir-lhe era que identificasse com rigor quem foram os beneficiários das várias *tranches*.

É que aquilo que disse à imprensa e que aqui repetiu, a pedido dos nossos colegas, é, em si mesmo, alguma coisa que suscita perplexidade pelos montantes e, sobretudo, por não identificar os beneficiários com cada montante. Seria capaz de o fazer?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sr. Deputado José Magalhães, posso identificar os beneficiários. Agora, quanto aos montantes cada um é que terá de os dizer, pois eu não vou estar aqui a dizer o que é que as outras pessoas ganharam.

Não sei exatamente «ao tostão» qual foi o valor do benefício de cada um, mas sei que o total foram 16,5 milhões de euros e sei que os beneficiários desses 16,5 milhões de euros foram o Hélder Bataglia, o Luís Horta e Costa, o Miguel Horta e Costa e o Pedro Ferreira Neto.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Portanto, divide os 16,5 milhões de euros por quatro.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sim.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Isto é, acrescentando Miguel Horta e Costa aos beneficiários.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sim.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Mas não especifica quanto é que cada um recebeu.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sensivelmente igual.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Montante igual? Isso vai dar uma coisa bastante fracionada.

Que destino teve? E através de que via exata é que foram processados os pagamentos?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — O recebimento dos pagamentos.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — É que, repare: a sua explicação é confusa e isso ainda faz parte do tempo da charada, mas o tempo da charada acabou. Nós teremos, dentro em breve — e já temos uma interpretação e vamos ter mais...

Portanto, descrever esse caminho é uma obrigação, ou seja, não podemos ficar parados à porta da Afrexport ou do Felltree Fund; temos de saber quem está atrás e o senhor sabe quem está atrás e deve dizer-nos quem está atrás.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Quem está atrás ou quem está à frente?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Como quiser. Eu vejo a coisa nesta perspetiva, mas pode ver-se ao contrário.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não é a mesma coisa.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — É radicalmente diferente, mas, neste caso, é o mesmo.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Mas o Sr. Deputado quer que lhe diga exatamente como é que foi, de onde é que veio e quanto é que cada um recebeu? Isso não posso dizer-lhe, porque não tenho memória para isso. Mas posso demonstrar-lhe — aliás, foi também explicado no Ministério Público cada valor, de onde é que veio, quanto é que veio e como é que foi pago.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Mas se foi explicado no Ministério Público, pode ser explicado em público, agora. Agora, já pode!

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Só que isso está numa documentaçãozinha que teria de ter trazido comigo e realmente não vim preparado para esse tipo de detalhe, mas se quiser fazer um requerimento, também lhe farei chegar isso.

Isso faz parte de todas as declarações entregues ao abrigo do RERT de 2005 referente a saldos de 2004. Faz parte do despacho do Ministério Público. O RERT foi feito em 2005 referente a saldos de 2004.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — É o RERT de 2005 aplicável a 2004, exatamente.

Mas esses dados são absolutamente essenciais, porque, de contrário, não chegaremos a qualquer informação verdadeiramente relevante.

Portanto, Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o Sr. Luís Horta e Costa já se disponibilizou para ceder à Comissão esses documentos.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Mas estamos a pressupor que nos será enviada a descrição dessa gincana de *offshores*, com a quantidade, as fontes do dinheiro, porque isso teve como consequência...

Repare, a conta nem bate certo, porque, mesmo que estejamos com toda a simpatia e disponibilidade, aquilo que nós sabemos hoje publicamente e que aqui foi confirmado, na descrição do Dr. Ricardo Salgado, é qualquer coisa como «vocês perguntarão como é que aqueles três tipos receberam 15 milhões». Portanto, até isto está errado. «A informação que temos é que há uma parte que não é para eles». E depois: «Não sei se é ou se não é, como hoje em dia só vejo aldrabões à nossa volta. Os tipos garantem...». Os tipos são os senhores, mas ouvi-o referir-se a eles como «os rapazes do Conselho Superior»... Noto que, apesar de tudo, há uma diferença quando o Dr. Ricardo Salgado refere que «há uma parte que teve de ser entregue a alguém em determinado dia». E depois vem a tal frase: «Estamos rodeados de aldrabões».

Como é que explica isto, esta discrepância?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Tem de perguntar ao Dr. Ricardo Salgado. Mais uma vez, digo: essa conversa do Dr. Ricardo Salgado é tida em 2013 e a distribuição foi feita em 2004.

Portanto, o Dr. Ricardo Salgado, com certeza, deveria estar um bocadinho esquecido. Mas compreendo. E andou rodeado de aldrabões durante nove anos.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Esse facto está a evidenciar-se de uma maneira bastante visível.

Mas, repare, há pouco, a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua perguntou-lhe como é que tinha sido o processo de contração de empréstimos para anteciparem o encaixe feito. Ora, essa pressa, depois, redonda numa «lentificação» no trajeto do dinheiro na sua aplicação pelos beneficiários. Seria capaz de descrever... Imagine que estamos num *cockpit* e que estamos a fazer só um *check-up*, um *check*, uma verificação. Como é que fizeram?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não percebi a pergunta, Sr. Deputado. Desculpe.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Vou repeti-la: quando decidiram contrair o empréstimo para antecipar... Como sabe, o contrato foi assinado em abril, depois o financiamento foi garantido e finalizado em junho e entrou em vigor em 24 de setembro.

Para se conseguir que o encaixe se aproximasse da data da entrada em vigor do contrato, ainda que a Ferrostaal só vos tenha pago em 27 de dezembro, inventaram a solução do empréstimo. E é um empréstimo incestuoso, porque é feito dentro do BES Londres à Escocia UK, que vos transmite o dinheiro para os *offshore* que indicaram segundo quiseram, com nomes do género Gamola, Ink, etc. Portanto, com os heterónimos que todos usavam nesse tempo.

Quem é que inventou este esquema e como é que ele se processou em cada um dos casos? É que, se não soubermos isso, não saímos da teoria geral, e isso não nos ajuda nada a perceber o que aconteceu realmente.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sr. Deputado, o que aconteceu realmente foi exatamente isso. O que aconteceu realmente foi que todo o objetivo da operação foi tornar difícil o acesso...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Claro. E conseguiram!

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Esse era o objetivo.

Quem é que o engendrou? Não há nenhum cérebro para engendrar isso; há várias pessoas, há várias opiniões, há vários conselhos de advogados, tanto de fora como de dentro.

Quanto aos detalhes de todas as operações, que é o que o Sr. Deputado gostaria de saber, tenho de juntar toda essa documentação, porque, como deve imaginar, não a trouxe comigo. É que são coisas detalhadas, nomeadamente em relação ao contrato que foi feito no BES, quando é que o mesmo foi feito, para onde é que seguiu o dinheiro, se foi da Escom UK ou não — não tenho a certeza, mas penso que sim —, se foi do Fundo Felltree para onde é que foi o dinheiro, se foi da Afrexport para onde é que foi o dinheiro... Tudo isto é extremamente fácil de lhe demonstrar se eu tiver a documentação à mão, e essa documentação existe.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Portanto, Sr. Presidente, fica averbado e registado e serão feitas as diligências adequadas.

Notei ou notámos que tinha referido, de maneira bastante enfática, que não tinha havido pagamento a cargos políticos mas, ao mesmo tempo, refere que só responde por si e que não sabe o que os outros fizeram.

Há alguma contradição...

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Os outros ou a Escom?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Os outros beneficiários do dinheiro.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não, eu não disse isso.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Então, seria capaz de clarificar?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Eu disse que respondia pela Escom, não disse que respondia pelo consórcio alemão. Sei que através da Escom isso não aconteceu. Através do consórcio alemão, não sei se aconteceu ou não, espero que não.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Talvez eu não tenha conseguido fazer-me entender.

Quando o Sr. Luís Horta e Costa recebe os seus 5 milhões, ou quatro milhões e qualquer coisa, o produto da divisão de que falámos, dispôs deles. Seria até interessante que nos dissesse o que fez com eles.

Risos do Sr. Luís Horta e Costa.

Não é? Certamente que ninguém fica com 5 milhões parados, a apodrecer no banco, mesmo que seja estrangeiríssimo e altamente favorável.

Mas como é que pode responder pelo que fez o Sr. Hélder Bataglia ou os outros membros dos cinco ramos? Isto é, como é que sabe que eles próprios não agarraram em parte desse dinheiro e, juntos ou isolados, trataram de o usar para finalidades que o senhor não conhece? Como é que, sendo tão cuidadoso a pôr as mãos no fogo em quase nada, põe as mãos no fogo em relação a uma coisa que é de prova diabólica?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sr. Deputado, acho que o senhor hoje está meio irritado comigo e não sei porquê.

Risos.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Só estou estupefacto.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Mas o Sr. Deputado está sempre estupefacto comigo, já é a segunda vez. Quando vim aqui, à outra Comissão de Inquérito, o senhor também ficou estupefacto.

Tenho a maior simpatia por si, mas deixe-me dizer-lhe uma coisa...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Ó Luís Horta e Costa, continuo estupefacto, porque, como vimos, até estes dados sobre o *iter*, o caminho, do dinheiro não são facultados *on first demand*, como agora se diz.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Mas sabe, eu não sabia que o senhor iria pedi-los. Nunca ninguém nos pediu *on first demand* qualquer tipo de documentação. Se tivessem pedido, talvez tivesse cá chegado; portanto, não me venha dizer que a culpa é minha — esta é a primeira coisa.

A segunda coisa é a seguinte: como deve imaginar, só me faltava agora andar a explicar como é que gasto o meu dinheirinho. Desde que eu pague os meus impostos... Se quiser, depois, um dia, conto-lhe, mas não neste fórum, como é que cada um gasta o seu dinheiro.

A única coisa por que me responsabilizo é pela Escom, por aquilo que a Escom recebeu, por aquilo que a Escom distribuiu aos seus administradores e ponho a mão no fogo, porque sei que nunca passou pela cabeça de ninguém, nem havia possibilidade de passar pela cabeça de nenhum dos administradores, nem do conselho superior, pagar fosse a quem fosse...

Mas o Sr. Deputado pode perguntar: «Mas como é que o senhor sabe se o outro num dia ofereceu um café...?». Não sei! Aliás, se lhe fizer perguntas como é que o seu amigo «não sei das quantas» gasta o dinheiro e se nunca ofereceu um café ao tipo da esquina, o senhor também não sabe responder-me.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Por isso é que falo da prova diabólica, porque só podemos responder por nós.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Eu respondo por mim e tenho tanta confiança na Escom que também respondo pela Escom. Tenho a certeza de que isso nunca aconteceu. E eu nunca deixei de ser enfático nas coisas de que tenho a certeza. O Sr. Deputado disse: «Você nunca foi enfático em nada». Eu sou enfático em tudo. Em tudo aquilo em que tenho a certeza que posso ser enfático, sou enfático; em tudo aquilo de que me posso corresponsabilizar, corresponsabilizo-me, e tenho sido sempre assim em todos os depoimentos que tenho feito.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Desculpe, mas o senhor sabe fazer contas...

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sei!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Para quem sabe fazer contas, e sabe fazê-las bastante bem como se viu na negociação com os alemães, a questão é esta: se o conselho superior recebe 5 milhões, se os administradores recebem 16,5 milhões, nós temos uma soma que não dá mais de 21,5 milhões. Onde é que estão os 6 milhões que nesta matéria desapareceram com outras finalidades? São despesas forenses? São o quê?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Acho extraordinário que uma pessoa tão inteligente como o Sr. Deputado me diga assim: «Então, vocês descontaram o contrato no BES?» Então e não há juros? Não, é de graça! «Então, vocês contrataram advogados para fazer uma elaboração de uma montagem financeira tão complicada?» É de graça! Todos trabalham de graça para toda a gente, como o senhor sabe!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Não, mas ainda não chegámos aos 6 milhões. Não é fácil... Ou seja, se é tão fácil justificar os montantes, e está a dar-me dois exemplos — tiveram de pagar juros, tiveram de pagar serviços forenses, muito bem —, então continue, porque não estou a ver como é que se chega aos 6 milhões, mas estou a ver as referências públicas a intermediários não identificados, que o Dr. Ricardo refere no seu depoimento ou na sua conversa, para ser mais exato, quando diz, entre outras coisas, que há uma parte que teve de ser entregue a alguém em determinado dia.

O que é isto? Foi delírio do conselho superior?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não seria o primeiro. Se calhar, foi. Como lhe digo, essa conversa aparece em 2013, não é?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Ocorreu a 7 de novembro de 2013 e foi divulgada em 2014.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Mas também é um delírio pedirem para deixar os telefones à porta e gravarem as conversas. Isso também é outro delírio.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Está apurado que gravaram as conversas com conhecimento e com execução do Dr. José Castella.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — De qualquer forma, Sr. Deputado, não sei o que o Dr. Ricardo Salgado queria dizer com isso. A única coisa que sei foi o que aconteceu, efetivamente, com a distribuição das verbas, que está comprovado.

Portanto, terá de perguntar ao Dr. Ricardo Salgado, porque ele devia estar esquecido. Como foi uma coisa que ocorreu em 2004 e ele teve essa conversa em 2013, andou nove anos a conviver com aldrabões, que éramos nós que o representávamos na Escom. Portanto, eu só vim a saber isso nove anos depois e não sei o que ele quis dizer com isso. Mas não há nada como perguntar-lhe — aliás, acho que já lhe perguntaram aqui e ele terá dito que foi uma conversa meio íntima.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Ainda não fizemos essa pergunta, porque estávamos à espera de ter informações adicionais, etc.

Então, isso significa que em relação ao resto do dinheiro estamos com um adiamento e em relação ao Dr. Ricardo Salgado estamos com outro adiamento. Diga-me o seguinte: como é que explica que todo o dinheiro foi entregue a quem — aspas, aspas — tinha direito a ele, no ano de 2004?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Mas porquê aspas, aspas?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — As aspas, aspas devem ser postas na expressão «a quem tinha direito».

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Mas porquê? Porque acha que as pessoas não tinham direito ao dinheiro?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Porque gostaria de discutir consigo o título habilitante para algumas das distribuições.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não sei se o dinheiro foi todo distribuído em 2004, mas penso que sim, pelo menos à medida que ele foi posto à disposição, foi, com certeza e, como já lhe disse, tanto quanto possível, faremos chegar-lhe todo o detalhe da distribuição desses recursos.

Quanto ao custo da operação, que também é fácil de identificar, talvez seja mais difícil de comprovar, porque são jurisdições um bocado longe. Por exemplo, o banco Pactual já não existe, infelizmente, porque foi ele que nos constituiu o fundo. Esse banco já não existe neste momento, foi vendido ao BES, depois recomprado, etc., e os advogados brasileiros também já estão noutros escritórios... Portanto, é extremamente difícil obter essa informação. Mas nós temos essa informação, sabemos quanto gastámos com a

constituição do fundo e com toda a custódia dos valores do fundo e das unidades de participação, pelo que tudo isso é comprovável.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Certo, mas o problema não é só se é ou não comprovável mas, sim, aferir-se da legalidade dos pagamentos no quadro em que então foram feitos.

Porque repare: qual é o título habilitante para pagar ao conselho superior? É que, em relação ao seu caso, é argumentável que tinha prestado serviços; em relação ao senhor seu irmão, obviamente também, foi consultor e o inventor do negócio, pelo que seria até suposto ter um prémio de *performance*, etc. Mas, em relação à família, qual foi o serviço prestado? Foram o quê? Dividendos? Além de mais, são vistos pessoalmente. Não se trata da sociedade *a, b, c* ou *d* que recebe dividendos, ou prémios, ou bónus; trata-se de pessoas singularmente tomadas e que, por uma questão de sangue, pertencem à mesma família ou em colateral, no caso dos Mosqueira, e mais nada. Então, qual é o título habilitante? Não há! Não é um prémio, não é um bónus, não é uma remuneração, e isso depois é relevante para o tema vivo — aliás, este debate é interessante, é um debate vivo, não é um debate de autópsia.

Mesmo que não haja requerimento de instrução e mesmo que haja efetivação de prescrição, este debate é vivo porque, se eu entrego o dinheiro no RERT de 2013 e o entrego para garantir a irrelevância penal da matéria, não posso entregar com uma mentira no RERT. E uma coisa é uma liberalidade que se recebe; outra é uma remuneração; outra é um dinheiro *out of the blue*, caído do céu, que só é declarado depois de uma longa viagem de nove anos, no nono ano, mesmo que isso possa ser relevante para um efeito criminal.

Portanto, há aqui coisas em que é muito importante o seu contributo. Qual foi o título habilitante de dar 5 milhões ao Dr. Salgado para depois fazer a sub-repartição e eles andarem a flutuar durante nove anos?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Nós não demos 5 milhões ao Dr. Salgado. Nós...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Distribuíram.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — ... distribuimos por sociedades indicadas pelos membros do conselho superior; não foi ao Dr. Salgado.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Mas a minha pergunta é qual foi o título habilitante.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Para mim eles eram os donos da Escom.

O Sr. **Presidente**: — Vejam a minha tolerância para com o Sr. Deputado José Magalhães!

Risos.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Estou estupefacto, Sr. Presidente!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Eu não peço nenhum privilégio nessa matéria e o Sr. Presidente apercebeu-se também da importância...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — O Sr. Luís Horta e Costa não consegue enunciar-nos nenhuma causa de justificação legal para o processamento desse dinheiro.

Repare: Ricardo Salgado pode ser «o dono disto tudo», mas não se pode dar uma ordem ilegal. Se lhe pedissem para praticar outro tipo de crime, seguramente não o faria. Portanto, por que é que o faz neste caso? Por que é que despreza... Com tanto advogado, com tanta charada, com tanto dinheiro gasto no Brasil, aqui, ali e acolá, por que é que nesta matéria, que é essencial, e incriminadora hoje ainda — hoje, ainda! —, não nos explica qual foi o título habilitante? Foi uma liberalidade? Foi um tributo, como dizia a Deputada Mariana Mortágua? Foi uma coisa relacionada com o estatuto, o *status*? «Sou o Espírito Santo, paguem-me!».

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vamos, então, ouvir a resposta.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sr. Deputado José Magalhães, já tive oportunidade de responder a essa pergunta. Se fosse hoje, talvez eu não o fizesse dessa forma mas, nessa altura, em 2004, pareceu-me que era perfeitamente normal que os acionistas fossem os proprietários da Espírito Santo Resources e tivessem a maioria na Escom e, como tal, pareceu-nos perfeitamente normal.

Se me perguntar por que é que eu, na altura, não pensei que isto podia ser um facto que poderia suscitar algumas dúvidas em relação à habilitação da distribuição, se era bónus, se era... Não pensei. Se fosse hoje, como já lhe disse e como tive oportunidade de o dizer várias vezes, talvez não fizesse da mesma forma. Só que o mundo, em 2004, era um bocadinho diferente do que

em 2014 ou em 2015, e graças a Deus pensamos que estamos um bocadinho melhor.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, presumo que tenhamos a matéria mais ou menos esgotada, sem prejuízo de, havendo detalhes que os Srs. Deputados entendam esclarecer, darmos continuidade à audição, dando início à segunda ronda de perguntas.

Sr. Deputado Miguel Tiago, faça favor.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, muito obrigado pela oportunidade e é, precisamente, sobre um desses detalhes que me pronuncio.

Sr. Presidente, permita-me que proteste contra esta tentativa de normalizar operações que não se é capaz de descrever. Apesar de o nosso depoente o fazer, julgo que não devemos aceitar que isso seja natural. Para algumas pessoas é natural transferir milhões de euros sem saber porquê, mas não podemos aceitar essa naturalidade, nem que o discurso neutralize a nossa intolerância perante isso.

Disse-nos, há pouco, que os investimentos eram na área da mineração, que continham todo o processo que antecede a mineração, e que era isso que justificava o endividamento.

A questão concreta que tenho para colocar é a seguinte: sendo para a área da mineração e, julgo eu, existindo empresas específicas dentro da Escom para realizar a mineração, por que é que os créditos eram adquiridos através da Escom Investimentos e Participações, SA — 84 milhões de euros em 2013 —, da Escom-Espírito Santo Commerce, SA — 46 milhões de euros em 2013 —, da Escom Imobiliária, SA — 178 milhões de euros em 2013 — e a ATS, em 2013, não tinha contração de crédito e por que é que a meio de

2013 a Imobiliária continua a deter uma dívida de 37 milhões de euros, a Investimentos e Participações, nesta altura, tem a maior dívida, de 45 milhões, a Opway Angola e Engenharia, 14 milhões — talvez esta seja a única que, de facto, tenha trabalhado com máquinas na prospeção —, e a Luó, de 46 milhões, um pouco mais do que a Escom Participações, ao contrário do que eu tinha dito?

Explique-nos como é que estas várias empresas confluíam num grande esforço de edificação de uma campanha de mineração de diamantes em Angola, justificando assim o crédito que lhe era concedido.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Estamos a falar de 2013?

O Sr. **Miguel Tiago (PCP)**: — Estamos a falar de 2013, altura em que estes créditos que referi estavam ainda nas mãos da Escom e, ao que consta, ainda hoje uma parte deles estará nas mãos da Escom — aliás, da sua primeira resposta depreendemos que isso seja verdade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua (BE)**: — Sr. Presidente, há pouco perguntei ao Sr. Horta e Costa se tinha conhecimento de um fundo no BCP Cayman titulado pela Maxellis Inc., da qual seria beneficiário. E perguntei porque ele aparece no despacho de arquivamento, tal como está presente a referência a uma sociedade chamada Shenda Invest Corp, que é representada pela advogada Ana Bruno na Quinta dos Inglesinhos, Sociedade Imobiliária.

Estas não são informações minhas, são informações que constam do despacho e, portanto, calculei que lhe fizesse alguma referência, fazendo-o

eu aqui também — e não posso deixar de o fazer, porque, às vezes, por não ser um crime ou não se provar que é crime, tratamos com alguma leveza casos que, no mínimo, são fuga ao fisco — e também para tentar colocar algum peso sobre o ambiente que se tornou demasiado leve perante situações que são graves, independentemente de se terem ou não provado serem crime.

Seria bom que nos pudesse ajudar relativamente a estas empresas e sociedades e também, tal como o Deputado José Magalhães fez, gostaria de lhe pedir que nos enviasse todo o percurso do dinheiro, todas as sociedades, todos os países, todos os *offshore*, porque é isso, no fundo, que nos traz aqui, se não este caso, casos muito similares.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Peço desculpa, porque tinha percebido que não haveria segunda volta, mas aproveito para perguntar se pode, de facto, enviar esse documento, porque creio que quer esse documento com o percurso do dinheiro, quer o despacho de arquivamento esclareceriam esta questão de uma vez para sempre.

Pedia, então, ao Sr. Presidente que confirmasse, porque creio que houve um partido, neste momento não me lembro qual, que requereu que esse processo fosse junto a esta Comissão e seria importante insistirmos nesse pedido.

Em segundo lugar, gostaria de lhe colocar questões muito pontuais, sendo uma delas em relação às torres Sky. Queria que me confirmasse — e confesso que o cansaço já é grande — se as torres foram vendidas a três ou a cinco empresas e quem eram os representantes destas empresas. Já nos disse que os representantes não eram os beneficiários, mas gostaria que nos dissesse quem eram estes representantes.

Por outro lado, gostaria de saber se tem conhecimento da projetada venda da Escom a duas sociedades, uma chamada Kennex, ainda durante a vigência, suponho eu, do contrato inicial, e outra chamada, creio, GEMCORP. Alguma vez alguém lhe deu conta disto e, em caso afirmativo, quem?

Disse muitas vezes que a Sonangol devia ter pensado antes de assinar. Ora, eu creio que a Sonangol não assinou nada; quem, na realidade, assinou foi uma *offshore* que, tanto quanto se sabe, não é da Sonangol. Portanto, quem é que lhe disse que era a Sonangol que estava por trás? Porque toda a gente vem aqui e diz: «Eu ouvi dizer que era a Sonangol que estava por trás», mas, se calhar, até nem era, podia ser ou podia não ser... Pode dizer-nos quem é que disse que era a Sonangol? Isto porque a Sonangol, em bom rigor, nunca assinou nada, tanto quanto sabemos.

Por último, gostaria de saber se me consegue dizer o que ficou na Legacy, na tal parte da Escom. Para além do passivo, disse que havia alguns ativos sem interesse e, então, pergunto que ativos eram esses e se nesses ativos está, por acaso, uma empresa chamada Starfish. Só para eu saber se ela é da Escom ou se é da Legacy.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Sr. Presidente, tenho duas perguntas para fazer.

A primeira vem, obviamente, na decorrência da intervenção do Sr. Deputado José Magalhães, porque, manifestamente, está por demonstrar ou por esclarecer, melhor dito, a questão fulcral no que diz respeito à distribuição dos milhões que recebeu a Escom.

Isto porque, se eu interpreto bem as palavras do depoente, quando refere que os 5 milhões foram transferidos por ordem do conselho superior, aquilo que percebemos é que transferiu 5 milhões para as sociedades α , mas poderia ter transferido de igual modo para as sociedades β , ou seja, não há suporte dessa operação, ou melhor, o suporte que haverá é um suporte maquiado. Não há justificção nenhuma para essa transferência, porque não pagou dividendos, não pagou um serviço que tenha sido prestado à Escom; limitou-se a cumprir ordens.

Do mesmo modo que há de estar, ou não, na contabilidade uma justificção para este movimento... Subdivido a pergunta: há justificção contabilística para esse movimento? Depois, na eventualidade de haver, qual é o suporte que nos permite aquilatar da veracidade dessa contabilidade, porque, manifestamente, dá-me a impressão de que o aconteceu foi uma justificção contabilística para fundamentar o movimento.

E se isto vale para os 5 milhões, compreenderá que vale também para os 6 milhões em falta, as tais despesas que terão sido justificadas, ou não? O que é que nos permite saber que as despesas que aparecerão documentadas, efetivamente, aconteceram?

Compreenderá também que estamos — e compreendo a sua incomodidade — perante uma situação em que, como o Dr. Ricardo Salgado, já bastamente citado, refere, «só vê aldrabões à sua volta» e «os tipos garantem que há uma parte que teve de ser entregue a alguém, em determinado dia», e não é preciso fazer um grande esforço para percebermos o que é que está aqui em causa.

Segunda pergunta: há pouco, referindo-se à avaliação feita pelo BESI à Escom, disse que o resultado final tinha sido o resultado da soma de várias parcelas e que esse é que tinha dado o resultado da avaliação. Mas referiu também, *ipsis verbis*, que essa soma era o «resultado que eles pretendiam».

O que quero saber é quem são «eles» e o que é que «eles pretendiam». Registei a frase, mas nos termos em que ela foi proferida é ininteligível, enquanto não soubermos quem são «eles» e o que é que «eles pretendiam».

Há pouco, referiu a existência de um fundo nas Bahamas e, se puder esclarecer a que queria referir-se, agradecemos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Luís Horta e Costa, tem a palavra para responder.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — O Sr. Deputado Miguel Tiago perguntou-me sobre algumas parcelas de dívida da Investimentos e Participações em 2013 e eu quero dizer-lhe que há muito financiamento interempresa em Angola.

A Investimentos e Participações, quando a ATS ou uma das outras empresas não tinham tesouraria, várias vezes financiou a tesouraria dessas empresas para pagamento de salários, para pagamento de combustíveis, etc. O mesmo aconteceu quando a Escom Imobiliária tinha fundos, porque vendeu apartamentos ou porque fez qualquer coisa, e tinha tesouraria que repagava a Investimentos e Participações para ela financiar outra atividade qualquer.

Neste momento, como deve imaginar, a nossa tesouraria é muito curta. Portanto, tudo o que for, de alguma forma, transferir tesouraria de umas empresas para as outras...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Eu referi créditos no BESA!

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Repare: podem estar, porque, por exemplo, a Investimentos e Participações pode ter acesso a crédito e a

Imobiliária não, ou a Imobiliária pode dar garantias que tenha acesso a crédito.

Nesse momento, em 2013, isso ainda acontecia, mas, em 2014, estamos completamente com o crédito cortado no BES e em todo o lado, porque, inclusivamente, congelaram-nos as contas depois das histórias do Fundo de Resolução e de passarmos a ficar no BES mau. Portanto, temos grandes dificuldades de acesso a crédito.

Essas explicações, em 2013, seriam movimentos que nessa altura estariam assim, mas, se calhar, hoje em dia não se podem justificar dessa forma a essas empresas. Quem tivesse garantias para dar dava e quem tivesse financiamento recebia. Mas não sei esse detalhe de 2013, Sr. Deputado. Se quiser, também posso fazer-lhe chegar, mas são tantos números que é um bocado complicado.

Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, Shenda não me diz nada, mas, se calhar, em dois mil e... Não sabe de quando é essa sociedade?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não sei, porque não tenho aqui o despacho, tenho uma nota.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — A Maxellis diz-me alguma coisa, provavelmente é uma sociedade que pode ser minha, ou que pode ter sido minha. Agora, Shenda não me diz nada, mas a Maxellis tanto pode ter sido, como pode não ter sido, preciso verificar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Presumo que virá no conjunto de informações que nos vai enviar.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — A Sr.^a Deputada falou numa Quinta dos Inglesinhos?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A Shenda Invest Corp é representada por Ana Bruno na Quinta dos Inglesinhos, Sociedade Imobiliária. É uma nota que aqui tenho que talvez o ajudasse a contextualizar a questão, mas claramente não contextualizou.

O apelo que posso fazer é que confira nos seus documentos e depois nos envie a informação.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Mas isso posso dizer já: a Quinta dos Inglesinhos é um apartamento que pertence ao meu filho e que está em meu nome, não está em nome de Shenda nenhuma.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pronto! Terá ido parar alguma referência à Shenda Invest Corp ao despacho de arquivamento e por isso ela aparece como uma das três sociedades para onde vai uma parte do dinheiro que vem da Maxellis.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Deve ter sido em 2003 ou 2004. Que eu saiba, a Quinta dos Inglesinhos é um apartamento que pertence ao meu filho. Eram dois apartamentos e hoje em dia ficou só um que está em meu nome. Está em nome dessa sociedade, Quinta dos Inglesinhos, e do qual sou o único proprietário, Luís Miguel de Oliveira Horta e Costa.

A Sr.^a Deputada Cecília Meireles perguntou se as torres Sky foram vendidas a cinco ou a três sociedades. Que eu saiba foram vendidas a três; se foram a cinco, desconheço.

Perguntou ainda por que é que se falava da Sonangol? Porque sempre se falou na Sonangol e porque, para nós, era a Sonangol que ia adquirir a participação do Grupo na Escom. Se a Sr.^a Deputada me pergunta se tenho alguma base sólida para lhe dizer isto, digo que não tenho nenhuma, mas como, nessa época, era a Sonangol que fazia tudo a Sonangol também iria fazer a aquisição da Espírito Santo Resources na Escom.

A Starfish era uma empresa que pertencia à Espírito Santo Investments Group, mas ela, entretanto, foi vendida. Era uma empresa de pescas, com uma fábrica no Namibe. Aliás, tivemos sempre um azar enorme porque, de cada vez que tínhamos tudo pronto na fábrica, apareciam-nos as focas e comiam os peixes. Portanto, nunca tivemos grandes resultados em relação a essas... É uma coisa muito angolana.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas ainda consta do *site* da Escom. Se for ao *site*, verificará que ainda consta como propriedade da Escom.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sr.^a Deputada, ninguém tem dinheiro para atualizar o *site* da Escom, neste momento. Está um bocadinho desatualizado. A Starfish era uma empresa que fazia parte do Grupo AMDL, bem como a Air Gemini, que foram descontinuadas e mesmo vendidas ainda antes do negócio do...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — (*Por não ter ligado o microfone, não foi possível transcrever as palavras da oradora.*)

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Sim.

Sr. Deputado Neto Brandão, fundo do Panamá...

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Das Bahamas!

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Bahamas? Então, eu queria falar do Panamá, desculpe.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Falou das duas coisas, por acaso.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Eu confundo um bocadinho. Acho que era o fundo do Panamá. Era o fundo Felltree, POBT.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Essa era uma das várias perguntas, mas, no que diz respeito exatamente a esse fundo, por que é que ele foi criado? Suscitou-me perplexidade, porque eu não tinha ouvido falar de Bahamas, mas acho que esclareceu quando disse que o fundo era o do Panamá. Agora, que esclareceu que é o do Panamá, pergunto por que é que ele foi criado.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Vou responder, de novo, uma vez que o Deputado José Magalhães já fez essa pergunta.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Mas não respondeu!

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Rio-me, mas não levo este assunto meio a sério — acho-o grave. Aquilo que fizemos em termos de evitar pagamento de impostos, e já tive oportunidade de dizer, se fosse hoje, faríamos de maneira diferente.

O fundo do Panamá foi criado para receber dinheiro da comissão dos submarinos e para adiar o pagamento de impostos por parte dos administradores da Escom.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Fiz três perguntas. Recordar-se? Posso repetir.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Desculpe, mas tomei nota apenas de uma. Diga.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor de usar da palavra, mas um pouco mais...

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Sintético.

O Sr. **Presidente**: — Exato.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Como há pouco o Sr. Luís Horta e Costa referiu que ofereceria a esta Comissão os documentos de suporte que justificariam todas as despesas, pergunto o seguinte: se reconhece que transferiu 5 milhões por ordem do conselho superior, há documento de suporte da saída desses 5 milhões?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Não. Não deve haver, mas posso verificar. Há transferências, não há documentos de suporte, porque eles não saíram da contabilidade da Escom.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Essa é uma das perguntas que recorrentemente lhe foi feita. Então, como é que saíram? Saíram por onde?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Da Afroexport.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — A questão é precisamente essa: não entraram nunca na Escom, sequer. É assim?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Foi feito um contrato de financiamento, devem ter entrado na Escom e saído pela Afroexport. Mas também tenho de verificar esse circuito.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Creio estar a fazer-me entender e, se não estiver, a questão é tão simples quanto isto: se se compromete a facultar a esta Comissão documentos de suporte, nomeadamente, que justifiquem os tais 6 milhões ou à volta disso que estão em falta no sentido da descrição porque, em relação a todos os outros destinatários, já nos disse quem o recebeu, se, ao mesmo tempo, temos a consciência de que 5 milhões foram transferidos por ordem do conselho superior, e, portanto, manifestamente não há suporte ou o suporte que existe não corresponde à verdade porque, como há pouco tentei demonstrar, se transfere para a sociedade *a* por ordem do conselho superior, também poderia ter transferido para a sociedade *b*, porque não há qualquer razão substantiva e daí a importância da pergunta que foi feita sobre qual era o título, compreenderá que a resposta de «não sei exatamente o que responder» é, precisamente, o cerne desta questão.

Por isso, lhe pergunto como é que saiu. Quando lhe perguntei se havia suporte contabilístico, respondeu-me: «talvez haja». Mas o «talvez» é muito pouco. Qual foi o respetivo suporte contabilístico.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — O Sr. Deputado quer que eu invente e diga: «Eu sei que há»?! Tenho de verificar se há ou se não há.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Não. Também pode dizer o seguinte: «Não há e o que houver foi maquiado».

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Mas deve haver!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o nosso depoente acaba de dizer que deve haver e, portanto, os documentos serão disponibilizados.

O Sr. Deputado José Magalhães já acrescentou este pedido, com certeza, a essa lista e será pedido nesses termos.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Última pergunta...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor e com mais rapidez, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Não se trata de rapidez mas de voltar a citar e fazer novamente a pergunta que tem exatamente a ver com as suas palavras relativamente à avaliação da Escom por parte do BESI, em que, segundo disse, a soma das parcelas correspondeu ao «resultado que eles pretendiam».

É preciso saber o que quis dizer com «eles» e o que é que «eles pretendiam».

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Talvez eu tenha sido mal interpretado. Havia um valor que os acionistas achavam que a Escom tinha, defenderam esse valor em termos de avaliação das várias áreas de negócio da Escom, somaram as parcelas e deu um valor que lhes pareceu interessante. Ao dizer «eles pretendiam» parece que havia uma predisposição...

O Sr. **Filipe Neto Brandão (PS)**: — Quem eram «eles»? O «eles» é o conselho superior, os membros do conselho superior. É isso?

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — A Rioforte, que era a acionista, nessa altura, e que encomendou a avaliação ao BES Investimento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Luís Horta e Costa, quero agradecer a colaboração que deu aos nossos trabalhos.

O Sr. **Luís Horta e Costa**: — Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, hoje acabámos a horas decentes. Um resto de boa noite e até amanhã.

Está encerrada a reunião.

Eram 19 horas e 52 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.